

Grupo VAMOS

**Demonstrações financeiras
consolidadas e combinadas *carve-*
out em 31 de dezembro de 2019 e
relatório do auditor independente**

Grupo VAMOS
Balancos patrimoniais consolidados e combinados *carve-out*
Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)		Nota	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Ativo					Passivo				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	322.830	58.605	83.311	Fornecedores	16	112.998	83.032	99.439
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9	176.427	7.253	87.042	<i>Floor Plan</i>	17	64.916	53.413	38.333
Contas a receber	10	223.481	166.822	154.080	Risco sacado a pagar - montadoras		-	-	2.860
Estoques	11	140.272	101.930	85.130	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	414.946	189.109	227.043
Tributos a recuperar		18.952	11.406	8.223	Arrendamentos a pagar	19	10.537	15.201	14.337
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		18.371	17.875	13.924	Arrendamento por direito de uso	20	7.029	-	-
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	12	74.582	61.972	35.319	Partes relacionadas	21.1	-	26.067	43
Despesas antecipadas		17.450	7.505	3.878	Cessão de direitos creditórios	25	6.043	7.410	6.043
Adiantamentos a terceiros		13.248	16.932	8.976	Obrigações trabalhistas		14.981	11.695	9.292
Outros créditos		7.471	15.734	5.837	Imposto de renda e contribuição social a recolher		383	446	1.935
		1.013.084	466.034	485.720	Tributos a recolher		3.577	6.062	7.560
					Adiantamentos de clientes		35.398	24.480	15.512
					Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	26.3.a	-	61.375	18.446
					Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	-	34.769	57.314
					Outras contas a pagar		10.532	15.066	3.578
							681.340	528.125	501.735
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Realizável a longo prazo				
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9	655	794	4.378	Fornecedores	16	-	-	4.325
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.2	16.048	4.880	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.655.894	700.877	571.732
Contas a receber	10	4.245	14.189	20.886	Arrendamentos a pagar	19	16.246	29.735	14.867
Fundos para capitalização de concessionárias	13	27.002	23.477	19.935	Arrendamento por direito de uso	20	33.920	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	7.219	24.594	23.953	Cessão de direitos creditórios	25	12.085	16.761	24.171
Depósitos judiciais	24.1	6.003	4.648	3.198	Provisão para demandas judiciais e administrativas	24.2	3.215	3.280	2.883
Outros créditos		1.808	1.901	2.247	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	151.365	136.459	104.337
		62.980	74.483	74.597	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	8.828	33.275	45.833
					Outras contas a pagar		202	-	-
							1.881.755	920.387	768.148
Imobilizado	14	1.819.615	1.385.822	1.250.379					
Intangível	15	158.170	165.137	168.507					
		2.040.765	1.625.442	1.493.483	Total do passivo		2.563.095	1.448.512	1.269.883
					Patrimônio líquido e investimento da controladora				
					Capital social	26.1	482.817	482.817	499.864
					Reserva de capital	26.2	1.881	24.199	23.639
					Reserva de lucros		15.965	167.951	104.829
					Ações em tesouraria	26.4	(11.508)	(94.193)	-
					Investimento da controladora	1.2	-	61.481	80.988
					Outros resultados abrangentes		1.599	709	-
					Total do patrimônio líquido e investimento da controladora		490.754	642.964	709.320
Total do ativo		3.053.849	2.091.476	1.979.203	Total do passivo, patrimônio líquido e investimento da controladora		3.053.849	2.091.476	1.979.203

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são rerepresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.4. Os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Na nota explicativa 4 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS
Demonstrações de resultados consolidadas e combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	28	1.211.508	983.290	674.756
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	29	(593.774)	(552.881)	(327.114)
Custo de venda de ativos desmobilizados	29	(204.633)	(97.774)	(67.903)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços, e das vendas de ativos desmobilizados		(798.407)	(650.655)	(395.017)
(=) Lucro bruto		413.101	332.635	279.739
Despesas comerciais	29	(52.807)	(22.533)	(15.951)
Despesas administrativas	29	(80.416)	(85.805)	(65.141)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	29	(6.024)	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	18.799	18.549	7.773
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		292.653	233.713	180.950
Receitas financeiras	30	16.670	17.871	12.032
Despesas financeiras	30	(110.158)	(84.494)	(57.253)
(=) Resultado financeiro líquido		(93.488)	(66.623)	(45.221)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		199.165	167.090	135.729
Imposto de renda e contribuição social – corrente	23.2	(41.186)	(18.447)	(21.191)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	23.2	(16.197)	(32.369)	(21.954)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social		(57.383)	(50.816)	(43.145)
(=) Lucro líquido do exercício		141.782	116.274	92.584
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (Em R\$)	32	1,47970	-	-

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.4. Os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Na nota explicativa 4 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS**Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas e combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017***Em milhares de reais*

	<u>31/12/2019</u> (consolidado)	<u>31/12/2018</u> (combinado <i>carve-out</i>)	<u>31/12/2017</u> (combinado <i>carve-out</i>)
Lucro líquido do exercício	141.782	116.274	92.584
Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:			
Ganho sobre o <i>hedge</i> de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo – líquido dos impostos	890	709	-
Resultado abrangente do exercício	<u>142.672</u>	<u>116.983</u>	<u>92.584</u>

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.4. Os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Na nota explicativa 4 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas e combinadas *carve-out* e investimento da controladora

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais

Nota	Reserva de capital			Reserva de lucros							Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e investimento da controladora total	
	Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Ágio na subscrição de ações	Ações em tesouraria	Reserva legal	Lucros retidos	Reservas de Investimentos	Lucros acumulados	Reserva de hedge	Investimento da controladora			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		303.669	186	-	-	-	14.354	-	-	-	111.982	7.460	437.651
Transferência de investimentos da controladora	26.1 (ii)	(181.885)	-	-	-	-	24.074	-	-	-	-	-	(157.811)
Transferência de investimento – Cisão JSL Holding	26.1 (v)	(4.507)	-	-	-	-	4.507	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com investimentos da controladora	26.1 (ii)	157.811	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	157.811
Rerratificação de ato societário para aumento de capital	26.1 (iii)	15.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.976
Aumento de capital	26.1 (i)	7.460	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.460)	-
Transações com pagamento baseado em ações	26.2.a	-	679	-	-	-	121	-	-	-	-	-	800
Aumento de capital com emissão de novas ações	26.1 (iv)	201.340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.340
Ágio na subscrição de ações	26.2.b	-	-	22.774	-	-	-	-	-	-	-	-	22.774
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.641)	-	(42.641)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	80.937	-	11.647	-	-	92.584
Constituição de reserva legal	26.3.b	-	-	-	4.035	-	-	(4.035)	-	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	57.738	-	(57.738)	-	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	26.3 a	-	-	-	-	-	-	(12.742)	-	-	-	-	(12.742)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatório	26.3.a	-	-	-	-	-	-	(6.422)	-	-	-	-	(6.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (combinado carve-out) ⁽¹⁾		499.864	865	22.774	-	4.035	100.794	-	-	-	80.988	-	709.320
Mudanças com a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9	4.2	-	-	-	-	-	(2.694)	-	-	-	-	-	(2.694)
Saldos ajustados em 1 de janeiro de 2018 (combinado carve-out)		499.864	865	22.774	-	4.035	98.100	-	-	-	80.988	-	706.626
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	105.893	-	-	10.381	-	116.274
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	4.2	-	-	-	-	-	-	-	709	-	-	-	709
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	105.893	709	-	10.381	-	116.983
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	(29.888)	-	-	(29.888)
Transferência de investimento – Cisão JSL Holding	26.1 (v)	(17.047)	-	-	-	-	7.045	-	-	-	-	-	(10.002)
Ações em tesouraria	1.3 c	-	-	-	(94.193)	-	-	-	-	-	-	-	(94.193)
Transações com pagamento baseado em ações	26.2.a	-	560	-	-	-	-	-	-	-	-	-	560
Constituição de reserva legal	26.3.b	-	-	-	-	5.647	-	(5.647)	-	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	53.124	(53.124)	-	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	26.3 a	-	-	-	-	-	-	(20.000)	-	-	-	-	(20.000)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	26.3 a	-	-	-	-	-	-	(27.122)	-	-	-	-	(27.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (combinado carve-out)		482.817	1.425	22.774	(94.193)	9.682	158.269	-	-	709	61.481	-	642.964
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	141.782	-	-	-	-	141.782
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	890	-	-	-	890
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	141.782	890	-	-	-	142.672
Transações com pagamento baseado em ações		-	456	-	-	-	-	-	-	-	-	-	456
Distribuição de dividendos intermediários	26.3 a	-	-	-	-	-	(150.000)	-	-	-	-	-	(150.000)
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	(61.481)	-	-	(61.481)
Cancelamento de ações em tesouraria	26.4	-	-	(22.774)	82.685	-	(8.269)	(51.642)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	26.3 b	-	-	-	-	4.507	-	(4.507)	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros - dividendos	26.3 a	-	-	-	-	-	-	(49.211)	-	-	-	-	(49.211)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	26.3 a	-	-	-	-	-	-	(34.646)	-	-	-	-	(34.646)
Reserva de lucros	26.5	-	-	-	-	-	-	(1.776)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		482.817	1.881	-	(11.508)	14.189	-	1.776	-	1.599	-	-	490.754

Grupo VAMOS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas e combinadas *carve-out* e investimento da controladora

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Na nota explicativa 4 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas e combinadas *carve-out* – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	199.165	167.090	135.729
Ajustes para:			
Depreciação e amortização (notas 14 e 15)	234.971	218.462	124.043
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 12)	204.633	97.774	67.903
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24.2)	(65)	397	1.110
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (nota 10)	(18.724)	9.133	25.470
Baixa de outros ativos imobilizados e intangíveis (nota 14 e 15)	7.664	9.175	5.635
Provisão (reversão) para perdas em estoque (nota 11.1)	576	2.338	(86)
Remuneração com base em ações (nota 26.2.a)	456	560	679
Créditos de impostos extemporâneos (nota 29)	(4.771)	(5.406)	(2.489)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 7.3.2)	(2.368)	(3.805)	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	-	(519)	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre risco sacado – montadoras, empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e cessão de direitos creditórios e aquisição de empresa (nota 30)	108.282	74.975	57.148
	729.819	570.174	415.142
Variações no capital circulante líquido operacional			
Contas a receber	(16.326)	(19.259)	(42.213)
Estoques	(38.918)	(19.138)	3.266
Tributos a recuperar	(2.775)	2.223	5.210
Fornecedores	10.161	(30.195)	(41.603)
Floor plan	11.503	15.080	(15.206)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	(59)	2.403	(3.330)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(38.491)	(1.304)	62.466
	(74.905)	(50.190)	(31.410)
Variações no capital circulante líquido operacional	654.914	519.984	383.732
Resgates (investimentos) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(169.035)	83.373	(30.014)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(46.082)	(23.887)	(25.791)
Juros pagos sobre risco sacado – montadoras, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros e arrendamento por direito de uso	(67.178)	(57.109)	(61.335)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(794.643)	(190.991)	(102.684)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(422.024)	331.370	163.908
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Incorporação do caixa de empresa adquirida	-	-	34.953
Caixa decorrente de venda de ativo imobilizado	6.046	-	-
Adições ao imobilizado de não locação	(6.858)	(3.089)	(3.466)
Adições ao intangível	(905)	(1.967)	(102)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	(1.717)	(5.056)	31.385
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Devolução do investimento da controladora	(11.665)	(29.888)	(42.641)
Pagamento pela aquisição de empresa	(60.014)	(103.622)	(10.056)
Prêmio pago na aquisição de opção de compra de taxa IDI	(5.100)	-	-
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar	2.075.185	183.288	20.878
Pagamentos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos financeiros e arrendamentos por direito de uso	(1.012.389)	(392.956)	(257.798)
(Pagamento) recebimento cessão de direitos creditórios	(8.016)	(6.649)	30.214
Aumento de capital social	-	-	113.201
Dividendos e juros sobre capital próprio	(290.035)	(1.193)	-
Caixa líquido gerados pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	687.966	(351.020)	(146.202)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	264.225	(24.706)	49.091
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	58.605	83.311	34.220
No final do exercício	322.830	58.605	83.311
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	264.225	(24.706)	49.091
Principais transações que não afetam o caixa, registradas no balanço			
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(55.876)	(301.095)	(120.728)
Devolução do investimento da controladora	(49.816)	-	-
Adições de arrendamento por direito de uso (nota 20)	(56.120)	-	-
Variação do saldo de risco sacado a pagar – montadoras	-	4.604	(3.027)
Variação do saldo de fornecedores de imobilizado e montadoras de veículos	(19.828)	8.401	(19.418)
Recompra de ações (Ações em tesouraria 1.3 a)	-	(94.193)	-

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.4. Os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Na nota explicativa 4 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS
Demonstrações do valor adicionado consolidadas e combinadas *carve-out*
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
Em milhares de reais

		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	Nota	(consolidado)	(combinado <i>carve-out</i>)	(combinado <i>carve-out</i>)
Vendas, locação e prestação de serviços	28	1.321.741	1.100.543	762.050
Reversão (provisão) para perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	29	(6.024)	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais	29	21.341	18.549	11.148
		<u>1.337.058</u>	<u>1.109.959</u>	<u>747.728</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas e prestação de serviços		(572.161)	(463.616)	(279.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(13.168)	(22.293)	(24.093)
		<u>(585.329)</u>	<u>(485.909)</u>	<u>(303.990)</u>
Valor adicionado bruto		<u>751.729</u>	<u>624.050</u>	<u>443.738</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	29	(234.971)	(218.462)	(124.043)
Valor adicionado líquido produzido		<u>516.758</u>	<u>405.588</u>	<u>319.695</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	30	16.670	17.871	12.032
		<u>16.670</u>	<u>17.871</u>	<u>12.032</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>533.428</u>	<u>423.459</u>	<u>331.727</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Pessoal e encargos	29	83.699	82.787	52.199
		<u>83.699</u>	<u>82.787</u>	<u>52.199</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		148.506	89.293	75.801
Estaduais		35.101	23.908	14.336
Municipais		2.259	1.363	4.321
		<u>185.866</u>	<u>114.564</u>	<u>94.458</u>
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e despesas bancárias	30	110.158	84.494	57.253
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	29	8.547	12.926	27.540
Aluguéis de imóveis	29	3.376	12.414	7.693
		<u>122.081</u>	<u>109.834</u>	<u>92.486</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos do exercício		141.782	116.274	92.584
		<u>141.782</u>	<u>116.274</u>	<u>92.584</u>
		<u>533.428</u>	<u>423.459</u>	<u>331.727</u>

Os valores a partir de 1º de janeiro de 2019 refletem os impactos com adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Segundo essa abordagem, as informações comparativas não são reapresentadas e o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados, na data da aplicação inicial, conforme nota explicativa 4.4. Os valores a partir de 1º de janeiro de 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Na nota explicativa 4 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Vamos” ou “Companhia”), denominada até 31 de outubro de 2017 como JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., é uma sociedade anônima, registrada na CVM na categoria “A”, sediada na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra – Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

A Companhia, em conjunto com as entidades controladas descritas na nota explicativa 1.1 e atividades *carve-out*, denominadas “Grupo Vamos” ou “Grupo”, atuam nos negócios de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, gestão de frotas, comercialização e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos e prestação de serviços de mecânica e funilaria. A Vamos é controlada pela JSL S.A. (“JSL”), que possuía 91% de suas ações em 31 de dezembro de 2017, passando para 99,99% em junho de 2018, conforme nota explicativa 1.3 c.

1.1 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

Razão Social	Controlada	País sede	Segmento	% Participação 31/12/2019 (consolidado)	% Participação 31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	% Participação 31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (a)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99	99,99
JSL Holding Financeira Ltda. (b)	Direta	Brasil	Serviços financeiros	-	-	99,99
JSL Arrendamento Mercantil S.A. (c)	Indireta	Brasil	Serviços financeiros	-	-	99,99
Vamos Seminovos S.A. (d)	Direta	Brasil	Comércio de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99	99,99
Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. (e)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99	99,99
Borgato Serviços Agrícolas S.A. (f)	Direta	Brasil	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99	99,99
ClicCa Atividades de Internet Ltda. (g)	Direta	Brasil	Serviços de internet	-	99,99	-
Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. (h)	Direta	Brasil	Concessionárias de tratores, máquinas e equipamentos	99,99	-	-

a) Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. (“Transrio”)

A Transrio, sociedade empresarial do tipo limitada, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 1.450, Vigário Geral, cujo objeto social é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados, administração de consórcios, locação de veículos e serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Transrio possui vinte filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada.

b) JSL Holding Financeira Ltda. (“JSL Holding”)

A JSL Holding, sociedade empresarial do tipo limitada, com sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, localizada na Av. Saraiva, 400, Brás Cubas, cujo objeto social exclusivo é a participação, como sócia ou acionista, no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). A JSL Holding não possui filiais e é a controladora da JSL Leasing, com percentual de 99,99% de participação societária.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada. Em 31 de dezembro de 2018, essa participação foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(controlada direta pela JSL), que passou a ser sua controladora direta, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.d.

c) JSL Arrendamento Mercantil S.A. (“JSL Leasing”)

A JSL Leasing é uma sociedade anônima, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, localizada na Alameda Xingu, 350, Alphaville Industrial cujo objeto social é o de arrendamento mercantil, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). A JSL Leasing não possui filiais e é controlada pela JSL Holding.

Em 31 de dezembro de 2018, essa participação junto com da sua controladora (JSL Holding) foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda., que passou a ser sua controladora indireta, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.d.

d) Vamos Seminovos S.A. (“Vamos Seminovos” anteriormente denominada Borgato Caminhões S.A.)

A Vamos Seminovos, sociedade anônima, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 312,5, sentido Norte, sala 02, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, locação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil e veículos em geral, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores. A Vamos Seminovos possui cinco filiais (três filiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017) situadas no Estado de São Paulo.

Em 30 de abril de 2019, a controlada Borgato Caminhões S.A. alterou a denominação social para Vamos Seminovos S.A.

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Vamos Seminovos deixou de operar com a bandeira DAF e passou a ser agência de veículos seminovos com a bandeira Vamos.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

e) Vamos Máquinas e Equipamentos S.A. (“Vamos Máquinas “, anteriormente denominada Borgato Máquinas S.A.)

A Vamos Máquinas, sociedade empresarial do tipo anônima, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, Km 1,8, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Vamos Máquinas possui dezoito filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 15 de fevereiro de 2019, a controlada Borgato Máquinas S.A. alterou a denominação social para Vamos Máquinas e Equipamentos S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Borgato Serviços Agrícolas S.A. (“Borgato Serviços”)

A Borgato Serviços, é uma sociedade anônima, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, s/n, sala 03, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é a prestação de serviços agrícolas em todos os segmentos, operação de máquinas agrícolas, tratores e caminhões; prestação de serviços de reparo e conservação de veículos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnicas e afins; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, implementos rodoviários, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda a locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador. A Borgato Serviços possui uma filial situada no Estado de Minas Gerais.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

g) ClicCa Atividades de Internet Ltda. (“ClicCa”)

A ClicCa, é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 21 de maio de 2018, com participação da Vamos de 99,99% e com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 9º andar, Itaim Bibi, cujo objeto social é a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, serviços de portais e provedores de conteúdo de internet, serviços de consultoria em tecnologia da informação, podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

Em 20 de agosto de 2019, a Vamos e a Transrio, cederam, através de venda, suas participações de 99,9% e 0,01%, respectivamente na Clicca, pelo valor simbólico de R\$ 1 para sua controladora JSL S.A.

h) Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. (“Vamos Linha Amarela”)

A Vamos Linha Amarela, sociedade empresarial do tipo limitada, com sede na Avenida Ayrton Senna da Silva, S/N, lote B3 e B4, bairro distrito industrial, município de Cuiabá – MT, CEP 78.098-28, cujo o objeto social é o comércio de tratores, máquinas, implementos, veículos automotores, novos e usados, inclusive importação e exportação; peças e acessórios, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e manutenção de máquinas, implementos e veículos automotores, assistência técnica e afins; serviços de intermediação de vendas de contratos de seguro por empresas especializadas; venda de contratos financeiros por empresas especializadas; contratação de despachantes; participação em outras empresas como sócia ou acionista.

1.2 Demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os exercícios apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2017, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (“CS Brasil” – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (“Movida GTF” – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A., controlada direta da JSL S.A.).

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* não consolidam o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a controladora JSL S.A.

Portanto, para os exercícios de 2017 e 2018, as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária. A partir de 1º de janeiro de 2019, os efeitos oriundos do *carve-out* não são mais aplicáveis, uma vez que as operações, objetos de *carve-out* nos exercícios comparativos, passaram a ser administradas pela Vamos Locação.

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* nos exercícios findos em 2018 e 2017 incluem receitas, custos, bem como os ativos e passivos diretamente atribuíveis ao negócio do Grupo Vamos. Contudo, os valores reconhecidos pelo Grupo Vamos não são necessariamente representativos dos valores que teriam sido refletidos nas demonstrações financeiras caso a Companhia operasse independente dessas partes relacionadas. Assim, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e as informações divulgadas não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para o exercício em que as entidades estiveram sob controle comum.

As presentes demonstrações financeiras estão sendo elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos e caixa relativos ao segmento de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados do Grupo Vamos e podem não servir para outras finalidades.

A reconciliação entre as demonstrações financeiras societárias individuais de cada uma das entidades e as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* estão apresentadas nos quadros abaixo:

Empresas	31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Vamos - demonstrações individuais	1.746.991	581.483	436.066	(323.129)	112.937
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (<i>carve-out</i>) (i)	68.043	61.481	42.806	(32.425)	10.381
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	(358.971)	-	-	(34.056)	(34.056)
Eliminação JSL Holding (<i>carve-out</i>)	-	-	-	(7.045)	(7.045)
Eliminações entre partes relacionadas	(16.667)	-	-	22.090	22.090
Total Vamos + <i>carve-out</i>	1.439.396	642.964	478.872	(374.565)	104.307
Transrio - demonstrações individuais	234.256	131.910	243.611	(233.615)	9.996
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(131.910)	-	-	-
Eliminações entre partes relacionadas	(181)	-	(769)	-	(769)
Total Transrio	234.075	-	242.842	(233.615)	9.227
Vamos Seminovos - demonstrações individuais	30.237	21.724	59.842	(58.191)	1.651
Vamos Máquinas - demonstrações individuais	337.186	169.078	210.241	(196.604)	13.637
Borgato Serviços - demonstrações individuais	58.938	34.338	22.781	(13.974)	8.807
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(225.140)	-	-	-
Eliminações entre as Sociedades Borgato	(10.330)	-	(5.153)	5.153	-
Eliminações entre partes relacionadas	(85)	-	(26.135)	4.815	(21.320)
Total Sociedades Borgato	415.946	-	261.576	(258.801)	2.775
Clicca	2.059	1.921	-	(35)	(35)
Eliminações - demonstrações consolidadas	-	(1.921)	-	-	-
Total Clicca	2.059	-	-	(35)	(35)
Total combinado <i>carve-out</i>	2.091.476	642.964	983.290	(867.016)	116.274

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas (iii)	31 de dezembro de 2017				
	Ativos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos, despesas e impostos	Lucros (prejuízos) líquidos
Vamos - demonstrações individuais	1.469.653	694.165	374.344	(293.652)	80.692
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (<i>carve-out</i>) (i)	101.713	80.988	70.181	(58.534)	11.647
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii) (iv)	(258.919)	-	-	1.852	1.852
Eliminação JSL Holding (<i>carve-out</i>)	(65.833)	(65.833)	-	(1.068)	(1.068)
Eliminações entre partes relacionadas	-	-	(638)	342	(296)
Total Vamos + <i>Carve-out</i>	1.246.614	709.320	443.887	(351.060)	92.827
Transrio - demonstrações individuais (ii) (iv)	244.157	152.920	231.211	(231.750)	(539)
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(152.920)	-	-	-
Eliminações entre partes relacionadas	(1.025)	-	(342)	638	296
Total Transrio	243.132	-	230.869	(231.112)	(243)
Vamos Seminovos - demonstrações individuais	34.739	5.329	-	-	-
Vamos Máquinas - demonstrações individuais	408.127	84.008	-	-	-
Borgato Serviços - demonstrações individuais	61.341	16.662	-	-	-
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	(14.750)	(105.999)	-	-	-
Total Sociedades Borgato (v)	489.457	-	-	-	-
Total combinado <i>carve-out</i>	1.979.203	709.320	674.756	(582.172)	92.584

- (i) Os saldos de *carve-out* foram baseados nos registros contábeis de centros de custo relacionados às operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em outras empresas do Grupo JSL. Assim, foram considerados os ativos imobilizados, as despesas de depreciação e os financiamentos atrelados à tais imobilizados, as despesas financeiras relativas aos financiamentos, as receitas e os custos de locação dos ativos imobilizados. Adicionalmente, o imposto de renda e a contribuição social do *carve-out* foram calculados considerando as mesmas bases mencionadas na nota explicativa 2.3 b;
- (ii) Estas rubricas representam as eliminações decorrentes do processo de consolidação das controladas da Vamos, ou seja, eliminação do investimento da Vamos em contrapartida do patrimônio líquido das controladas e respectivos resultados;
- (iii) Em 31 de outubro de 2017 a Vamos passou a ser a controladora da Transrio e, conforme divulgado no item (v), em 22 de dezembro de 2017 passou a ser a controladora das Sociedades Borgato;
- (iv) O prejuízo registrado para a Transrio no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 539 e durante o período de 01 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sob controle da Vamos, o prejuízo foi de R\$ 1.852, conforme resultado de equivalência patrimonial da Vamos;
- (v) Conforme divulgado na nota explicativa 1.3.a, as Sociedades Borgato foram adquiridas em 22 de dezembro de 2017 e foi apurado que o resultado do período compreendido entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2017 não era relevante para ser combinado e apresentado nestas demonstrações financeiras.

Os valores derivados do *carve-out* das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos foram incorporados nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* nas seguintes rubricas:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Contas a receber	11.665	21.849
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	4.118	6.258
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.829	12.599
Outros ativos	49	88
Imobilizado	36.382	60.919
Total do ativo	68.043	101.713
Passivo		
Fornecedores	71	730
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.537	14.843
Arrendamentos financeiros a pagar	-	649
Tributos a recolher	-	2.420
Outras contas a pagar	2.954	2.083
Total do passivo	6.562	20.725
Investimento da controladora	61.481	80.988
Total do passivo e investimento da controladora	68.043	101.713

	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	42.806	70.181
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(7.063)	(6.529)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(17.404)	(36.412)
(=) Total dos custos das vendas, locações, prestações de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	(24.467)	(42.941)
(=) Lucro bruto	18.339	27.240
Despesas administrativas	(3.271)	(10.405)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	531
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	15.068	17.366
Receitas financeiras	687	1.139
Despesas financeiras	(290)	-
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.465	18.505
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(8.314)	(14.721)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	3.230	7.863
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	(5.084)	(6.858)
(=) Lucro líquido do exercício	10.381	11.647

1.3 Movimentações societárias

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2017

a) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Vamos Máquinas (anteriormente Borgato Maquinas), Borgato Serviços, Vamos Seminovos (anteriormente Borgato Caminhões), em conjunto denominadas "Sociedades Borgato". Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

O valor da transação foi de R\$ 224.116, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores da contraprestação
Depósito em garantia ("Escrow") (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da Controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O montante de R\$ 20.000 ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências (“Escrow”) e está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”;
- (ii) O referido valor está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas” a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R\$ 50.000 serão atualizados com base em 100% do CDI;
- (iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na projeção e fluxos de caixa descontados de um período de cinco anos, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias, conforme nota explicativa 26.1 (iv).

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	488.092	35.158	523.250
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos, financiamentos e debêntures	292.949	-	292.949
Arrendamentos financeiros a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	382.093	-	382.093
Total do ativo líquido			141.157
Valor justo da contraprestação paga			224.116
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)			(82.959)

O ajuste a valor justo no montante de R\$ 35.158 é composto por R\$ 2.658 decorrente de ajuste a valor justo do ativo imobilizado menos ativo imobilizado disponibilizado para venda e R\$ 32.500 de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado na operação é de R\$ 82.959.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado do Grupo Vamos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois, como mencionado acima, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas consolidadas e combinadas *carve-out* para este ano seriam aumentadas em R\$ 258.613 e o lucro líquido combinado *carve-out* do exercício seria aumentado em R\$ 5.131.

(ii) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period 14xcesso earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método <i>multi-period 14xcesso earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Valor pago com ações da Controladora	Método de rentabilidade futura, baseado em projeções de cinco anos (15,4% de taxa de crescimento média para EBITDA e 4,0% na perpetuidade) e fluxos de caixa descontados (WACC de 13,6%), é suportado por um relatório de avaliação.

(ii) Custo aquisição

A Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 434 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2018

b) Redução de capital social da Transrio

Em 09 de Março de 2018, foi aprovada em ata de reunião dos sócios, a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R\$ 65.964. A publicação da ata ocorreu em 19 de maio de 2018, sendo que a efetiva redução foi efetuada em 01 de agosto de 2018, passando o capital social da Transrio de R\$ 181.885 para R\$ 115.921.

c) Recompra de ações Sociedades Borgato

Conforme mencionado na nota 1.3.a acima, em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato. A contraprestação pela participação adquirida foi composta por uma parte a pagar em dinheiro de forma parcelada, garantida em conta "Escrow", e outra parte paga com 9% de participação com ações da Vamos.

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R\$ 115.000. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R\$ 20.807 em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor de R\$ 94.193, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida Participações S.A., no valor de R\$ 26.067, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios da Sociedade Borgato, contabilizado na rubrica partes relacionadas e R\$ 68.126 (R\$ 66.631 ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica obrigações a pagar por aquisição de empresas.

Ainda como parte da negociação, foram pagas, até 11 de junho de 2018, as obrigações por aquisições de empresas no valor de R\$ 103.622 (R\$ 103.147 a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

Em 5 de setembro de 2019, foi liquidado, de forma antecipada, o montante de R\$ 29.129, restando o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 8.828 (R\$ 68.044 em 31 de dezembro de 2018), conforme nota explicativa 22.

d) Cisão da JSL Holding

Em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R\$ 82.879 referente ao acervo líquido contábil composto pelo investimento na JSL Holding. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R\$ 565.696 passa a ser de R\$ 482.817. As operações da JSL Holding eram geridas pela Controladora e foram transferidas para a JSLF1 participações Ltda. (controlada direta pela JSL).

O objetivo dessa cisão foi focar o portfólio de serviços e produtos da Vamos em locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos.

O efeito da alienação sobre a posição financeira da Vamos em 31 de dezembro de 2018 e os saldos consolidados das operações da JSL Holding em 31 de dezembro de 2017 que não integram estas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*, estão demonstrados a seguir:

Ativo	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Caixa e equivalentes de caixa	21.921	33.737
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	77.144	17.036
Contas a receber	101.071	74.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94	1.708
Imobilizado	1.392	2.024
Intangível	3.746	3.744
Outros ativos	2.128	887
Total do ativo	207.496	133.569
Passivo		
Cartões de crédito a pagar	23.116	42.586
Letras de arrendamento mercantil	83.474	16.020
Tributos a recolher	2.860	947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	825
Outras contas a pagar	15.167	7.358
Total do passivo	124.617	67.736
Patrimônio líquido	82.879	65.833
Total do passivo e patrimônio líquido	207.496	133.569

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas *International Financial Reporting Standards* – IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2020.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros foram aplicados. As mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 4.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas “IFRS”, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*.

2.3 Base de combinação e consolidação

a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

b) Combinação de negócios sob controle comum

Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório.

A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.2, as demonstrações financeiras estão apresentadas como se a combinação de negócios sob controle comum tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2017 para refletir o lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram aplicadas para as transações da nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, à transações eliminadas na consolidação.

c) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo Vamos obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

d) Transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Vamos são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo Vamos atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional do Grupo Vamos e, também, a moeda funcional das demais entidades combinadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Vamos se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo Vamos mude o modelo de negócios para a gestão de ativos

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa 4.2. No reconhecimento inicial, o Grupo Vamos pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 7.3.2 para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros – Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

O Grupo Vamos classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- ativos financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado: designados a valor por meio do resultado, no momento inicial.

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.

c) Desreconhecimento

O Grupo Vamos desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo Vamos transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo Vamos nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.5.2 Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

a) Desreconhecimento

O Grupo Vamos desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo Vamos também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.5.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Vamos tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Instrumentos derivativos e contabilidade de *hedge*

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo Vamos documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo Vamos também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

a) *Hedges* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo Vamos designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

O Grupo Vamos não possuía instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* antes de 1º de janeiro de 2018.

2.5.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros.

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo Vamos reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo Vamos mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

O Grupo Vamos utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 7.3.a é detalhado como o Grupo Vamos determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo Vamos não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo Vamos não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo Vamos para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo Vamos avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo Vamos concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 4.2.

Quando disponível, o Grupo Vamos mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo Vamos, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.8 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo Vamos renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.9 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão demonstradas na nota explicativa 14.

O Grupo adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

2.10 Intangível

2.10.1 Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios do Grupo Vamos.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

2.10.2 Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As taxas de amortização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão demonstradas na nota explicativa 15.

2.10.3 Fundo de comércio

O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (“*impairment*”), conforme descrito na nota explicativa 15.

2.10.4 Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 15.

2.10.5 Marcas e patentes

As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável ("*impairment*").

2.10.6 Amortização e testes de perda de valor recuperável ("*impairment*")

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 15.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável ("*impairment*") individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgados na nota explicativa 15.2.

2.11 Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente, conforme nota explicativa 4.3 a.

a) Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso e aqueles que, anteriormente, eram classificados como "arrendamento mercantil a pagar", que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento por direito de uso" e "arrendamentos financeiros a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja nota explicativa 2.5.5). O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2)/IFRS 16.

b) Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, o Grupo determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

Quando o Grupo atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Vamos nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício..

Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, o Grupo Vamos faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, como o Grupo Vamos incorporará a adquirida, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos, nenhum imposto de renda diferido é registrado nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* na data da aquisição.

2.13 Provisões

2.13.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo Vamos tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando o Grupo Vamos espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo Vamos reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

Receita de vendas de veículos e peças

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos cliente.

Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor e caixa de marcha, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas quando aplicável.

O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita operacional de venda de veículos e peças era reconhecida quando existia evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens eram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias poderiam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios poderia ser de duas formas dependendo das condições individuais de cada contrato de venda: 1) para as vendas de estoques, a transferência normalmente ocorria quando a mercadoria era entregue no estabelecimento do cliente; ou 2) quando era retirado pelo cliente nas dependências do Grupo Vamos após assinatura no *checklist* de entrega.

2.14.1 Receita de locação e prestação de serviços

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos

O Grupo Vamos loca frota de caminhões para transporte de cargas (leves e pesadas), máquinas e equipamentos agrícolas. O Grupo Vamos presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As faturas para locação são emitidas no mês subsequente a prestação do serviços e as faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização do caminhão, máquina e / ou equipamento ou prestação de serviço. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente ou conforme os serviços são prestados.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita operacional decorrente da locação de caminhões, máquinas e equipamentos era reconhecida no resultado, tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

A receita operacional de prestação de serviços era reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita era reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas pudessem ser recuperadas.

2.14.2 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo Vamos desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede de concessionárias do Grupo Vamos.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)

A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)

A receita de venda de ativo era reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo eram transferidos ao comprador, o que geralmente ocorria na sua entrega.

2.15 Benefícios a empregados

2.15.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Vamos tenha uma obrigação presente legal

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2 Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

2.17.1 Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Combinação e *carve-out*. determinação de quais as empresas e atividades que representam a totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária – nota explicativa 1.2;

- b) Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 2.14.b.

3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados – nota explicativa 23;
- b) Imobilizado (premissas em relação ao cálculo do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 14;
- c) Ativo imobilizado disponível para venda – determinação do valor justo menos custos de venda do grupo, de ativos mantidos para venda. Nota explicativa 12;
- d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, – nota explicativa 15.2;
- e) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda – nota explicativa 10;
- f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 24.2.

4. Mudanças nas principais políticas contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras combinadas e consolidadas *carve-out*, a Administração do Grupo considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRSs e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

4.1 CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 / IAS 18 – Receitas e interpretações relacionadas.

O Grupo Vamos adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expediente práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). A adoção do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e no resultado do Grupo Vamos.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A adoção deste pronunciamento resultou na seguinte principal mudança das políticas contábeis:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	<p>O Grupo Vamos possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes.</p> <p>Atualmente, o Grupo Vamos tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.</p>	<p>O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta.</p> <p>Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.</p>

4.2 CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em 1º de janeiro de 2018, o Grupo Vamos adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As mudanças nas políticas e ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizados de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido).

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

As políticas contábeis aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e baixa dos ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge* estão divulgadas na nota 2.5.4.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Grupo realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada da CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de 'outros passivos financeiros' para os passivos financeiros do Grupo Vamos.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017*****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***

	31 de dezembro de 2017 – CPC 38 / IAS 39 (combinado <i>carve-out</i>)				1º de Janeiro de 2018 – CPC 48 / IFRS 9 (combinado <i>carve-out</i>)		
	Ativo ao valor justo por meio do resultado (i)	Mantidos até o vencimento (iii)	Empréstimos e recebíveis (ii)	Total	Ativo ao valor justo por meio do resultado (i)	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311	79.698	3.613	83.311
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	87.042	4.378	-	91.420	87.042	4.378	91.420
Contas a receber	-	-	174.966	174.966	-	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	8.084	8.084	-	8.084	8.084
Total	166.740	4.378	206.598	377.716	166.740	210.976	377.716

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria. Esses instrumentos financeiros foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48 / IFRS 9.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, partes relacionadas, fundos para capitalização de concessionárias e outros créditos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”, e consequentemente, mensurados pela taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma IFRS 9 / CPC 48, e classificados como custo amortizado.

(iii) Reclassificação de mantidos até o vencimento para custo amortizado

As outras aplicações financeiras que anteriormente estavam classificados como “mantidos até o vencimento”, agora são classificados pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

O novo modelo de redução ao valor recuperável possui duas abordagens, na qual a provisão é mensurada de acordo com as perdas esperadas para 12 (doze) meses ou perdas esperadas para vida inteira do ativo financeiro. A base de provisão dependerá da análise do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para recebíveis comerciais e ativos contratuais que resultam em transações no escopo da CPC 47 / IFRS 15 e que não possuam um componente significativo de financiamento, o CPC 48 / IFRS 9 permite como expediente prático, a aplicação de um modelo simplificado, no qual as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira do ativo financeiro.

As políticas contábeis aplicáveis ao *impairment* de ativos financeiros não derivativos estão divulgadas na nota 2.5.5.

4.3 CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas – ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

a) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC – 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 2.11.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 e/ou aqueles firmados ou alterados após aquela data.

i) Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda imóveis máquinas, equipamentos, caminhões e diversos outros ativos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos – ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo não identificou indícios de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, tais como:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

c) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)/IAS 17

O Grupo arrenda diversos ativos, como caminhões, máquinas e equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

i) Grupo Vamos como arrendador

O Grupo arrenda seus ativos, caminhões, máquinas e equipamentos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

As políticas contábeis aplicáveis ao Grupo como arrendador não diferem daquelas do CPC 06(R1) / IAS 17.

O Grupo aplicou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

d) Impacto nas demonstrações financeiras na transição

Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019, estão apresentados a seguir:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Divulgado 31/12/2018 (combinado carve-out)	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019
Ativo			
Total do ativo circulante	450.198	-	450.198
Imobilizado	1.349.441	56.120	1.405.561
Outros ativos não circulantes	223.793	-	223.793
Total do ativo não circulante	1.573.234	56.120	1.629.354
Total do ativo	2.023.432	56.120	2.079.552
Passivo			
Arrendamento a pagar	15.201	-	15.201
Arrendamento por direito de uso	-	8.737	8.737
Outros passivos circulantes	508.995	-	508.995
Total do passivo circulante	524.196	8.737	532.933
Arrendamento a pagar	29.734	-	29.734
Arrendamento por direito de uso	-	47.383	47.383
Outros passivos circulantes não circulantes	888.019	-	888.019
Total do passivo não circulante	917.753	47.383	965.136
Total do patrimônio líquido	581.483	-	581.483
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.023.432	56.120	2.079.552

Para o impacto do CPC 06(R2)/IFRS 16 no resultado do exercício, consulte as Notas explicativas 14 (depreciação do direito de uso), 20 (juros apropriados). Para detalhes sobre as políticas contábeis de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16 e CPC 06(R1)/IAS 17, consulte a Nota explicativa 2.11.

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Vamos reconheceu o montante de R\$ 11.923, referente a despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, de baixo valor e curto prazo, conforme nota 29.

4.4 Apresentação dos efeitos calculados relacionados à aplicação dos novos pronunciamentos

A adoção da CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e nas demonstrações dos resultados do Grupo Vamos, já o efeito da adoção da CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Divulgado 31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)	Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9	Valor calculado para 01/01/2018 (combinado <i>carve-out</i>)
Ativos			
Contas a receber	213.328	-	213.328
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(59.248)	(4.081)	(63.329)
Despesas antecipadas	3.878	-	3.878
Outros Ativos circulantes	327.762	-	327.762
Total dos ativos circulantes	485.720	(4.081)	481.639
Contas a receber	20.886	-	20.886
Outros ativos não circulantes	1.472.597	-	1.472.597
Total dos ativos não circulantes	1.493.483	-	1.493.483
Total dos ativos	1.979.203	(4.081)	1.975.122
Passivo			
Outros passivos circulantes	501.735	-	501.735
Total do passivo circulante	501.735	-	501.735
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	663.811	-	663.811
Total do passivo não circulante	768.148	(1.387)	766.761
Patrimônio líquido			
Capital social	499.864	-	499.864
Reserva de capital	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.829	(2.694)	102.135
Investimento da controlada	80.988	-	80.988
Total do patrimônio líquido	709.320	(2.694)	706.626
Total do passivo e patrimônio líquido	1.979.203	(4.081)	1.975.122

4.5 ICPC 22 / IFRIC 23 - Incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde de 1 de janeiro de 2019 e não foram identificados impactos relevantes referente a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras combinadas e consolidadas *carve-out* do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Definição de um negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo JSL.

6. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo Vamos, que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo Vamos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em 2 segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e Locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

- a) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;
- b) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As informações por segmento de negócios atribuídas do Grupo Vamos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são as seguintes:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019 (consolidado)			Consolidado
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços (i)	436.723	780.619	(5.834)	1.211.508
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(339.036)	(258.082)	3.344	(593.774)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(564)	(206.559)	2.490	(204.633)
(=) Lucro bruto	97.123	315.978	-	413.101
Despesas comerciais	(32.714)	(20.093)	-	(52.807)
Despesas administrativas	(46.438)	(33.978)	-	(80.416)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(5.826)	(198)	-	(6.024)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.292	8.507	-	18.799
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	22.437	270.216		292.653
Receita financeira				16.670
Despesa financeira				(110.158)
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social				199.165
Impostos e contribuições sobre o lucro				(57.383)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas				141.782
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas				-
Lucro líquido do exercício				141.782
Ativos totais por segmento	619.756	2.820.327	(386.234)	3.053.849
Passivos totais por segmento	272.912	2.317.446	(27.263)	2.563.095
Depreciação e amortização	(11.957)	(223.014)	-	(234.971)

	31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)			Combinado <i>carve-out</i> (Reclassificado)
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços (i)	391.327	624.020	(32.057)	983.290
(-) Custo de vendas, locações e prestações de serviços	(308.474)	(270.590)	26.183	(552.881)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(1.100)	(102.548)	5.874	(97.774)
(=) Lucro bruto	81.753	250.882	-	332.635
Despesas comerciais	(8.875)	(13.658)	-	(22.533)
Despesas administrativas	(71.309)	(14.496)	-	(85.805)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	-	(9.133)	-	(9.133)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.705	5.844	-	18.549
(=) Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	14.274	219.439	-	233.713
Receita financeira				17.871
Despesa financeira				(84.494)
(=) Resultado financeiro líquido				(66.623)
(=) Lucro líquido antes do Imposto de renda e contribuição social				167.090
Impostos e contribuições sobre o lucro				(50.816)
Lucro líquido do exercício				116.274
Ativos totais por segmento	472.479	2.005.231	(386.234)	2.091.476
Passivos totais por segmento	278.967	1.196.808	(27.263)	1.448.512
Depreciação e amortização	(5.630)	(212.832)	-	(218.462)

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado <i>carve-out</i>
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços (i)	231.211	444.525	(980)	674.756
(-) Custo de vendas, locações e prestações de serviços	(179.826)	(148.268)	980	(327.114)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(639)	(67.264)	-	(67.903)
(=) Lucro bruto	50.746	228.993	-	279.739
Despesas comerciais	(12.886)	(3.065)	-	(15.951)
Despesas administrativas	(48.028)	(17.113)	-	(65.141)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	-	(25.470)	-	(25.470)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.266	507	-	7.773
(=) Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	(2.902)	183.852	-	180.950
Receitas financeiras				12.032
Despesas financeiras				(57.253)
(=) Resultado financeiro líquido				(45.221)
(=) Lucro líquido antes do Imposto de renda e contribuição social				135.729
Impostos e contribuições sobre o lucro				(43.145)
Lucro líquido do exercício				92.584
Ativos totais por segmento	484.766	1.843.170	(348.733)	1.979.203
Passivos totais por segmento	281.456	1.012.408	(23.981)	1.269.883
Depreciação e amortização	(2.488)	(121.555)	-	(124.043)

(i) As transferências entre segmentos representam menos de 10% da receita líquida de todos os segmentos operacionais.

7. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo Vamos restringem-se à caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, instrumentos financeiros derivativos, outros créditos, fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos financeiros a pagar, arrendamentos por direito de uso, cessão de direitos creditórios, obrigações a pagar por aquisição de empresa, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

7.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				31/12/2019 (consolidado)
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de <i>hedge</i>	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	317.108	-	5.722	322.830
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	176.427	-	655	177.082
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.048	-	16.048
Contas a receber	-	-	227.726	227.726
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	27.002	27.002
Outros créditos	-	-	9.279	9.279
	493.535	16.048	270.384	779.967
				Custo amortizado
				Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores			112.998	112.998
<i>Floor plan</i>			64.916	64.916
Empréstimos, financiamentos e debêntures			2.070.840	2.070.840
Arrendamentos financeiros a pagar			26.783	26.783
Arrendamentos por direito de uso			40.949	40.949
Cessão de direitos creditórios			18.128	18.128
Obrigações a pagar por aquisição de empresas			8.828	8.828
Outras contas a pagar			4.877	4.877
			2.348.319	2.348.319
				Custo amortizado
				Total
				31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Valor justo de instrumentos de <i>hedge</i>	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	57.086	-	1.519	58.605
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7.253	-	794	8.047
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.880	-	4.880
Contas a receber	-	-	181.011	181.011
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	23.477	23.477
Outros créditos	-	-	17.635	17.635
	64.339	4.880	224.436	293.655
				Custo amortizado
				Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Fornecedores			83.032	83.032
<i>Floor plan</i>			53.413	53.413
Empréstimos, financiamentos e debêntures			889.986	889.986
Arrendamentos financeiros a pagar			44.936	44.936
Partes relacionadas			26.067	26.067
Cessão de direitos creditórios			24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas			68.044	68.044
Outras contas a pagar			3.470	3.470
			1.193.119	1.193.119

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				31/12/2017
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	87.042	4.378	-	91.420
Contas a receber	-	-	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	8.084	8.084
	166.740	4.378	206.598	377.716
				Outros passivos financeiros
Passivos, conforme balanço patrimonial				Total
Fornecedores				103.764
<i>Floor plan</i>				38.333
Risco sacado a pagar – montadoras				2.860
Empréstimos, financiamentos e debêntures				798.775
Arrendamentos financeiros a pagar				29.204
Partes relacionadas				43
Cessão de direitos creditórios				30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas				103.147
Outras contas a pagar				422
				1.106.762
				1.106.762

7.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo Vamos, está demonstrada a seguir:

	31/12/2019 (consolidado)		31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)		31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	322.830	322.830	58.605	58.605	83.311	83.311
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	177.082	177.082	8.047	8.047	91.420	91.420
Instrumentos financeiros derivativos	16.048	16.048	4.880	4.880	-	-
Contas a receber	227.726	227.726	181.011	181.011	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	27.002	27.002	23.477	23.477	19.935	19.935
Outros créditos	9.279	9.279	17.635	17.635	8.084	8.084
Total	779.967	779.967	293.655	293.655	377.716	377.716
Passivos Financeiros						
Fornecedores	112.998	112.998	83.032	83.032	103.764	103.764
Risco sacado a pagar – montadoras	-	-	-	-	2.860	2.860
<i>Floor plan</i>	64.916	64.916	53.413	53.413	38.333	38.333
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.070.840	2.144.014	889.986	929.543	798.775	804.063
Arrendamentos financeiros a pagar	26.783	26.881	44.936	44.940	29.204	29.206
Arrendamentos por direito de uso	40.949	45.290	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	26.067	26.067	43	43
Cessão de direitos creditórios	18.128	18.128	24.171	24.171	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	8.828	8.828	68.044	68.044	103.147	103.147
Outras contas a pagar	4.877	4.877	3.470	3.470	422	422
Total	2.348.319	2.425.932	1.193.119	1.232.680	1.106.762	1.112.052

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos, tais como Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) e Letras do Tesouro Nacional (“LTN”);

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários (“CDB”), operações compromissadas e outras aplicações; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. O Grupo Vamos não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2019 (consolidado)			31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)			31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado									
Caixa e equivalentes de caixa									
CDB – Certificado de depósitos bancários	-	282.108	282.108	-	6.852	6.852	-	37.890	37.890
Operações compromissadas	-	32.902	32.902	-	49.538	49.538	-	41.808	41.808
Cotas de fundo de investimento	-	1.667	1.667	-	-	-	-	-	-
Outras aplicações	-	431	431	-	696	696	-	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras									
LFT-Letras Financeiras do Tesouro	140.163	-	140.163	3.304	-	3.304	33.207	-	33.207
LTN – Letras do Tesouro Nacional	36.264	-	36.264	3.949	-	3.949	53.835	-	53.835
Outras aplicações	-	655	655	-	-	-	-	-	-
Valor justo de instrumentos de hedge									
Swap	-	14.950	14.950	-	4.880	4.880	-	-	-
Opção de compra <i>IDI</i>	-	1.098	1.098	-	-	-	-	-	-
	176.427	333.811	510.238	7.253	61.966	69.219	87.042	79.698	166.740
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo – com diferença entre o valor contábil e o valor justo									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.070.840	2.070.840	-	889.986	889.986	-	798.775	798.775
Arrendamentos financeiros a pagar	-	26.783	26.783	-	44.936	44.936	-	29.204	29.204
Arrendamento por direito de uso	-	40.949	40.949	-	-	-	-	-	-
	-	2.138.572	2.138.572	-	934.922	934.922	-	827.979	827.979

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1 ^a	2 ^a	3 ^a	5 ^a	10 ^a
Taxa (a.a.) - %	4,41	4,33	4,56	5,26	5,77	6,41	7,00

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2019.

7.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros do Grupo Vamos, referem-se a fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos financeiros a pagar, arrendamentos por direito de uso, cessão de direitos creditórios, partes relacionadas, obrigações a pagar por aquisição de empresas, e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo Vamos possui em seu ativo contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para o Grupo Vamos. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros do Grupo Vamos, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo Vamos não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

As classificações decorrentes de escala local (“Br”) e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
AAA	Prime
AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

i) Contas a receber

O Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. O Grupo utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A matriz de provisão, utilizada pelo Grupo, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que o contas a receber está vencido e é ajustado para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pelo Comitê de crédito e cobrança.

O Grupo baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação e a baixa de um recebível após 12 ou 24 meses em atraso, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados pelo Grupo continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do período.

ii) Caixa e equivalentes de caixa e Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito do Grupo é determinada somente em escala nacional ("Br") para caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras são como segue:

	<u>31/12/2019</u> (consolidado)
	<u>5.722</u>
Valores depositados em conta corrente	
Depósitos em aplicações financeiras	
Br AAA	316.101
Br AA+	396
Br AA	600
Br AA-	11
Total de aplicações financeiras	<u>317.108</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>322.830</u>
	<u>31/12/2019</u> (consolidado)
Títulos, valores mobiliários e aplicações Financeiras	
Depósitos em aplicações financeiras	
Br AAA	177.082
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	<u>177.082</u>

b) **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

O Grupo Vamos utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os Instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisição de empresas, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

(i) Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento a pagar, arrendamento por direito de uso do Grupo, sujeitas a taxas de juros.

A Companhia possui exposições a variação de taxa de juros. Para mitigar estas exposições, contratou opções sobre “Índice de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia” (IDI) listado na B3. Estas opções funcionam como limitadores, assegurando um limite máximo de variação de taxa de juros. Para proteger as exposições contra a alta da taxa de juros a Companhia adquiriu opções de compra (*Call*) sobre o IDI (*Caps*), e para proteger exposições contra a queda da taxa de juros poderá comprar opções de venda (*Put*) sobre IDI (*Floor*). As opções de IDI funcionam como uma espécie de seguro, em que o prêmio da opção se assemelha ao prêmio de um seguro onde a Companhia compra apenas direitos. Os limitadores são contratados com o objetivo único e exclusivo de proteção patrimonial. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 7.3.1.

(ii) Risco de variações de taxas de câmbio

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo. Em geral, os empréstimos são contratados em Reais, mas também em dólares norte-americanos (“dólar”). Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de swap, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

c) **Risco de liquidez**

O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo do Grupo é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

				31/12/2019 (consolidado)	
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	112.998	112.998	112.998	-	-
<i>Floor plan</i>	64.916	64.916	64.916	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.070.840	2.498.145	502.661	516.461	1.479.023
Arrendamentos financeiros a pagar	26.783	29.040	12.086	16.799	155
Arrendamentos por direito de uso	40.949	41.046	7.029	15.669	18.348
Cessão de direitos creditórios	18.128	25.808	7.030	7.031	11.747
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	8.828	9.402	-	6.837	2.565
Outras contas a pagar	4.877	4.877	4.877	-	-
Total	2.348.319	2.786.232	711.597	562.797	1.511.838

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, arrendamento a pagar, arrendamento por direito de uso, e impactos nas variações de juros e câmbio sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TLP e dívidas atreladas à Selic e dívida atrelada ao dólar, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

O estudo da Administração considera em 31 de dezembro de 2019 as seguintes taxas prováveis, impactando proporcionalmente as dívidas e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras do Grupo: CDI em 4,55% a.a., com base na curva futura de juros (fonte: B3 – Brasil, Bolsa e Balcão); SELIC de 4,50% a.a. (fonte: Bacen) e taxa do Dólar norte-americano (“Dólar”) de R\$ 4,10 (fonte: B3).

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Consolidado Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como <i>hedge accounting</i>						
Swap - Valor nocional (em milhares de dólares)	40.000	Queda do USD	4,10	164.000	205.000	246.000
Crédito internacional (objeto) (em milhares de dólares)	(40.000)	Aumento do USD	4,10	(164.000)	(205.000)	(246.000)
Opção de compra <i>IDI</i> (<i>Posição comprada em</i> Opção de compra " <i>call</i> " curva passiva)	(378.739)	PRÉ-FIXADO	7,27%	(27.534)	(27.534)	(27.534)
Opção de compra <i>IDI</i> (<i>Posição comprada em</i> Opção de compra " <i>call</i> " curva ativa)	378.739	Aumento do CDI	7,27%	27.534	34.418	41.301
Efeito líquido da exposição	-			-	6.884	13.767
Efeito líquido da exposição cambial						
Empréstimos e financiamentos (Crédito Internacional)	(162.042)	PRÉ-FIXADO	5,05%	(8.183)	(8.183)	(8.183)
Swap - Valor nocional (ativo)	162.042	PRÉ-FIXADO	5,05%	8.183	8.183	8.183
Swap - Valor nocional (passivo)	(154.606)	Aumento do CDI	4,55%	(7.035)	(8.794)	(10.553)
Efeito líquido da exposição	(154.606)			(7.035)	(8.794)	(10.553)
Efeito líquido das operações de <i>hedge accounting</i>	(154.606)			(7.035)	(1.910)	3.214
Demais operações - Pós-fixada						
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	317.108	Aumento do CDI	4,55%	14.428	18.035	21.642
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LFT	140.163	Aumento da SELIC	4,50%	6.307	7.884	9.461
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LTN	36.264	Aumento da SELIC	4,50%	1.632	2.040	2.448
Outros investimentos (Títulos e valores mobiliários)	655	Aumento do CDI	4,55%	30	38	45
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(8.828)	Aumento do CDI	4,55%	(402)	(503)	(603)
Empréstimos e financiamentos - CRA I	(274.534)	Aumento do CDI	5,45%	(14.962)	(18.703)	(22.443)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(422.062)	Aumento do CDI	5,28%	(22.285)	(27.856)	(33.428)
Empréstimos e financiamentos - Debêntures	(804.950)	Aumento do CDI	6,36%	(51.195)	(63.994)	(76.793)
Empréstimos e financiamentos - CDCA	(65.769)	Aumento do CDI	6,57%	(4.321)	(5.401)	(6.482)
Arrendamentos a pagar	(26.783)	Aumento do CDI	4,55%	(1219)	(1.524)	(1.829)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós fixada	(1.108.736)			(71.987)	(89.984)	(107.982)
Demais operações - Pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos - Finame	(90.958)	PRÉ-FIXADO	4,95%	(4.502)	(4.502)	(4.502)
Empréstimos e financiamentos - CDC	(23.668)	PRÉ-FIXADO	8,04%	(1.903)	(1.903)	(1.903)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(286)	PRÉ-FIXADO	8,50%	(24)	(24)	(24)
Empréstimos e financiamentos - CRA II	(215.967)	PRÉ-FIXADO	7,82%	(16.889)	(16.889)	(16.889)
Empréstimos e financiamentos - Consórcios	(10.557)	PRÉ-FIXADO	6,10%	(644)	(644)	(644)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré fixada	(341.436)			(23.962)	(23.962)	(23.962)
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(1.601.861)			(102.984)	(115.856)	(128.730)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

7.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. De acordo com a política definida, serão objeto de hedge as

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operações que possam afetar adversamente o resultado ou o fluxo de caixa do Grupo em virtude dos riscos envolvidos. Quando o Grupo realizar transações que contenham exposições indesejadas, a alta administração avaliará a necessidade de contratar instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e de mitigar os riscos aos quais está se expondo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Vamos possuía instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap e posição comprada de Opção de Compra de Índice de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiro – “Opção de compra de IDI”). Tanto os contratos de swap, quanto as opções de compra de IDI foram classificadas como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. O contrato de opção de compra IDI asseguram um limite máximo para perda em um cenário onde a Companhia contrate empréstimos a uma taxa flutuante. O índice é corrigido diariamente pela taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (DI), ao comprar uma opção de compra sobre este índice (IDI), com exercício em data futura, a Companhia consegue limitar a despesa financeira para o mesmo período sobre o notional contratado.

A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade estão devidamente documentados confirmando assim a efetividade prospectiva da relação de hedge a partir da variação do valor de mercado dos itens objeto de hedge.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de “outros resultados abrangentes, líquido do respectivo imposto de renda”. Em 31 de dezembro de 2019, a variação positiva líquida de impostos era de R\$ 890, (variação positiva no montante, líquido de impostos, de R\$ 709 em 31 de dezembro de 2018). O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “outros resultados abrangentes”, líquidos de impostos são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada a.a.	Saldo da dívida protegida em 31/12/2019 (consolidado)	
							Pelo custo amortizado	Pelo valor justo
Contrato de Swap	Hedge de Fluxo de Caixa	Swap USD X CDI	USD 40.000	05/2021	PRE + câmbio	130,15% CDI	162.042	169.556

Descrição	Contraparte	Indexador	Data de início	Vencimento	Quantidade	Principal Inicial	Indexador	Taxa Contratada a.a.	Preço de Exercício	Valor de Mercado
Compra de Opções de Compra de IDI	B3	PRE	25/02/2019	03/01/2022	525	R\$ 139.799	Pré	7,7%	329	262
Compra de Opções de Compra de IDI	B3	PRE	28/08/2019	02/01/2023	870	R\$ 238.940	Pré	7,1%	358	638
Compra de Opções de Compra de IDI	B3	PRE	19/12/2019	03/01/2022	870	R\$ 513.628	Pré	6,51%	970	689
						892.367			1.657	1.589

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Operação	Em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)			Em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)		
	Valor Nocial	Ativo	Passivo	Valor Nocial	Ativo	Passivo
Opção de Compra de IDI	R\$ 892.367	1.098	-	-	-	-
Swap USD X CDI	USD 40.000	14.950	-	USD 40.000	4.880	-
Não circulante		16.048	-		4.880	-

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de *swap* impactam o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

Swap de fluxo de caixa	Em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)				
	Valor Contábil	Fluxo de caixa esperado			
		Total	1-6 Meses	6-12 Meses	Mais de 1 ano
Ponta ativa	169.556	175.746	4.866	4.813	166.067
Ponta passiva	(154.606)	(164.698)	(4.218)	(4.452)	(156.028)
	14.950	11.048	648	361	10.039

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Caixa	133	132	87
Bancos	5.589	1.387	3.526
Total disponibilidades	5.722	1.519	3.613
CDB – Certificado de depósitos bancários	282.108	6.852	37.890
Operações compromissadas	32.902	49.538	41.808
Cotas de fundo de investimento	1.667	-	-
Outras aplicações	431	696	-
Total aplicações financeiras	317.108	57.086	79.698
Total do caixa e equivalentes de caixa	322.830	58.605	83.311

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 5,91% a.a. atreladas 99,60% do CDI, (em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio foi de 6,42% a.a. atreladas 99,48% do CDI e em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 10,03% a.a. atreladas 100,8% do CDI).

9. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	140.163	3.304	33.207
LTN – Letras do Tesouro Nacional	36.264	3.949	53.835
Outras aplicações	655	794	4.378
	177.082	8.047	91.420
Ativo circulante	176.427	7.253	87.042
Ativo não circulante	655	794	4.378
Total	177.082	8.047	91.420

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o rendimento médio foi de 5,94% a.a. (6,42% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 10,03% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***10. Contas a receber**

	31/12/2019 <small>(consolidado)</small>	31/12/2018 <small>(combinado <i>carve-out</i>)</small>	31/12/2017 <small>(combinado <i>carve-out</i>)</small>
Valores a receber de serviços e locações	214.856	167.736	178.105
Arrendamento a receber (i)	12.809	27.732	25.959
Valores a receber de venda de veículos e peças	15.208	20.491	15.152
Valores a receber – partes relacionadas (nota 21.1)	5.414	23.704	1.386
Receita a faturar (ii)	29.180	11.470	8.838
Valores a receber de cartões de crédito	1.331	1.200	764
Garantias a receber	-	-	4.153
Outras contas a receber	2.666	1.140	775
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(918)
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(53.738)	(72.462)	(59.248)
Total	227.726	181.011	174.966
Ativo circulante	223.481	166.822	154.080
Ativo não circulante	4.245	14.189	20.886
Total	227.726	181.011	174.966

(i) Tratam-se das operações de arrendamento dos bens imobilizados para terceiros, operadas pelas empresas resultantes da aquisição das Sociedades Borgato;

(ii) Receita a faturar refere-se aos contratos de alugueis de veículos cuja locação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, e quando veículos são devolvidos e os contratos encerrados. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é calculada com base nas medições proporcionais aos dias incorridos de locação;

10.1. Classificação por vencimento (*aging list*) e movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber

	31/12/2019 <small>(consolidado)</small>	31/12/2018 <small>(combinado <i>carve-out</i>)</small>	31/12/2017 <small>(combinado <i>carve-out</i>)</small>
Total a vencer	202.010	153.860	142.188
Vencidos em até 30 dias	9.220	9.838	14.807
Vencidos de 31 a 90 dias	8.867	9.254	9.681
Vencidos de 91 a 180 dias	6.120	9.890	22.062
Vencidos de 181 a 365 dias	5.917	7.282	15.760
Vencidos acima de 365 dias	49.330	63.349	29.716
Total vencidos	79.454	99.613	92.026
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(53.738)	(72.462)	(59.248)
Total	227.726	181.011	174.966

A movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(33.778)
(-) Adição	(28.245)
(+) Reversões	2.775
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	(59.248)
Remensuração (CPC 48 / IFRS 9)	(4.081)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	(63.329)
(-) Adição	(25.351)
(+) Reversões	16.218
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)	(72.462)
(-) Adição	(26.934)
(+) Reversões	45.658
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	(53.738)

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Estoques

Descrição	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Veículos novos	80.903	59.628	51.498
Peças para revenda (i)	38.051	35.061	27.064
Veículos usados	21.381	10.331	7.412
Outros	3.711	108	16
(-) Perdas estimadas de estoques (ii)	(3.774)	(3.198)	(860)
Total	140.272	101.930	85.130

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo e peças para revenda. A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(946)
(-) Adições	(1.033)
(+) Reversões	1.119
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	(860)
(-) Adições	(3.294)
(+) Reversões	956
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)	(3.198)
(-) Adições	(2.707)
(+) Reversões	2.131
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	(3.774)

12. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2016	31.356	22.216	53.572
Bens transferidos do imobilizado	57.913	34.623	92.536
Adições por combinação de negócios (nota 1.3.a)	323	17.475	17.798
Bens baixados por venda	(70.909)	(23.929)	(94.838)
Em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	18.683	50.385	69.068
Bens transferidos do imobilizado	119.428	74.826	194.254
Bens baixados por venda	(70.825)	(67.321)	(138.146)
Em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)	67.286	57.890	125.176
Bens transferidos do imobilizado	265.873	129.631	395.504
Bens baixados por venda	(215.849)	(128.897)	(344.746)
Em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	117.310	58.624	175.934
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2016	(11.879)	(20.234)	(32.113)
Bens transferidos do imobilizado	(7.012)	(21.559)	(28.571)
Bens baixados por venda	12.954	13.981	26.935
Em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	(5.937)	(27.812)	(33.749)
Bens transferidos do imobilizado	(43.392)	(26.435)	(69.827)
Bens baixados por venda	27.543	12.829	40.372
Em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)	(21.786)	(41.418)	(63.204)
Bens transferidos do imobilizado	(93.665)	(84.596)	(178.261)
Bens baixados por venda	62.603	77.510	140.113
Em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	(52.848)	(48.504)	(101.352)
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	12.746	22.573	35.319
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)	45.500	16.472	61.972
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	64.462	10.120	74.582

13. Fundos para capitalização de concessionárias

Os fundos para capitalização de concessionárias refere-se aos aportes efetuados pelas controladas do Grupo Vamos, que operam concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, para o fundo garantidor de crédito com montadoras de veículos. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31 de dezembro de 2019 corresponde a R\$ 27.002 (R\$ 23.447 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 19.935 em 31 de dezembro de 2017).

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Imobilizado

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão demonstradas abaixo:

	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Direito de uso (ii)	Outros (i)	Total
Custo:									
Em 31 de dezembro de 2016	961.308	217.292	15.426	2.923	13.800	13.073	-	3.200	1.227.022
Adições	153.712	92.145	695	69	-	360	-	2.342	249.323
Adições por combinação de negócios (nota 1.3.a)	145.579	125.964	1.460	1.181	2.117	3.470	-	4.664	284.435
Transferências para bens destinados a venda	(57.913)	(34.623)	-	-	-	-	-	-	(92.536)
Baixas	(2.014)	(1.407)	(1.103)	(140)	-	-	-	(3.304)	(7.968)
Em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	1.200.672	399.371	16.478	4.033	15.917	16.903	-	6.902	1.660.276
Adições	310.463	168.618	129	182	-	12	-	2.766	482.170
Transferências para disponíveis para venda	(119.428)	(74.826)	-	-	-	-	-	-	(194.254)
Transferências	(18.138)	17.665	(3.752)	(1.464)	-	4.377	-	1.312	-
Baixas	(4.506)	(264)	-	-	-	-	-	(8.651)	(13.421)
Em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)	1.369.063	510.564	12.855	2.751	15.917	21.292	-	2.329	1.934.771
Adoção inicial ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 (ii)	-	-	-	-	-	-	56.120	-	56.120
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.369.063	510.564	12.855	2.751	15.917	21.292	56.120	2.329	1.990.891
Adições	700.942	165.844	153	1.574	-	-	2.674	5.131	876.318
Transferências para disponíveis para venda	(265.873)	(129.631)	-	-	-	-	-	-	(395.504)
Transferências	(6.640)	6.640	-	-	-	-	-	-	-
Baixas (iii)	(234.087)	(91.082)	-	(67)	-	(14)	(10.599)	(1.035)	(336.884)
Em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	1.563.405	462.335	13.008	4.258	15.917	21.278	48.195	6.425	2.134.821
Depreciação acumulada:									
Em 31 de dezembro de 2016	(216.495)	(93.704)	(2.215)	(1.404)	-	(1.737)	-	(1.268)	(316.823)
Despesa de depreciação no exercício	(86.710)	(35.403)	(657)	(284)	-	(684)	-	(240)	(123.978)
Transferências	(39)	(733)	50	-	-	(8)	-	730	-
Transferências para bens destinados a venda	7.012	21.559	-	-	-	-	-	-	28.571
Baixas	367	1.377	-	109	-	-	-	480	2.333
Em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	(295.865)	(106.904)	(2.822)	(1.579)	-	(2.429)	-	(298)	(409.897)
Despesa de depreciação no exercício	(136.634)	(72.878)	(1.845)	(475)	-	(773)	-	(520)	(213.125)
Transferências	57	2.712	700	676	-	(907)	-	(3.238)	-
Transferências para bens destinados a venda	43.392	26.435	-	-	-	-	-	-	69.827
Baixas	600	185	-	-	-	-	-	3.461	4.246
Em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)	(388.450)	(150.450)	(3.967)	(1.378)	-	(4.109)	-	(595)	(548.949)
Despesa de depreciação no exercício	(139.686)	(77.389)	(740)	(583)	-	(768)	(8.974)	(992)	(229.132)
Transferências	184	(184)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	93.665	84.596	-	-	-	-	-	-	178.261
Baixas (iii)	190.719	92.438	1	16	-	84	94	1.262	284.614
Em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	(243.568)	(50.989)	(4.706)	(1.945)	-	(4.793)	(8.880)	(325)	(315.206)
Valor residual líquido:									
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	904.807	292.467	13.656	2.454	15.917	14.474	-	6.604	1.250.379
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (combinado <i>carve-out</i>)	980.613	360.114	8.888	1.373	15.917	17.183	-	1.734	1.385.822
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	1.319.837	411.346	8.302	2.313	15.917	16.485	39.315	6.100	1.819.615
Taxas médias da depreciação (%) – no período 2019: (consolidado)	11%	12%	4%	10%	-	4%	-	5%	
Taxas médias da depreciação (%) – no período 2018: (combinado <i>carve-out</i>)	8%	10%	2%	10%	-	4%	-	5%	
Taxas médias da depreciação (%) – no período 2017: (combinado <i>carve-out</i>)	8%	10%	2%	10%	-	4%	-	5%	

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A coluna denominada outros, está composta substancialmente por obras em andamento e hardwares;
- (ii) Refere-se à adoção inicial do CPC 6 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, conforme nota explicativa 4.3d. Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamento de imóveis; e
- (iii) A baixa do valor residual de R\$10.505 de direito de uso refere-se ao distrato do arrendamento de lojas das concessionárias

Em março de 2018, baseado na revisão das estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica dos ativos imobilizados, foram alteradas as taxas de depreciação da Vamos Locação, em 2% na média ponderada.

Em 31 de dezembro de 2018, foi realizado o teste sobre a recuperabilidade dos ativos e não houve a necessidade de constituição de provisão ao valor recuperável (impairment). Para o exercício de 2019, o Grupo não identificou indícios que os ativos pudessem estar desvalorizados.

14.1. Imobilizado de arrendamento

Parte dos ativos foram adquiridos pelo Grupo Vamos por meio de arrendamentos financeiros, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Os saldos desses bens de arrendamento financeiro que integram o ativo imobilizado está demonstrado na tabela abaixo:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2017 (combinado carve-out)	17.613	1.721	19.334
Saldo em 31 de dezembro 2018 (combinado carve-out)	44.128	3.939	48.067
Saldo em 31 de dezembro 2019 (consolidado)	31.171	470	31.641
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2017 (nota 19) (combinado carve-out)	21.959	7.245	29.204
Saldo em 31 de dezembro 2018 (nota 19) (combinado carve-out)	41.863	3.073	44.936
Saldo em 31 de dezembro 2019 (nota 19) (consolidado)	26.348	435	26.783

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Intangível

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

	Softwares	Fundo de comércio (i)	Ágio (15.1) (ii)	Acordo de não competição e carteira de clientes (iii)	Outros	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2016	293	30.814	3.918	7.204	16	42.245
Adições por combinação de negócios (nota 1.3 a)	-	10.800	82.959	28.200	4.300	126.259
Adições	52	-	-	-	50	102
Em 31 de dezembro de 2017 (combinado carve-out)	345	41.614	86.877	35.404	4.366	168.606
Adições	1.893	-	-	-	74	1.967
Em 31 de dezembro de 2018 (combinado carve-out)	2.238	41.614	86.877	35.404	4.440	170.573
Adições	902	-	-	-	3	905
Baixas	(2.091)	-	-	-	-	(2.091)
Em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	1.049	41.614	86.877	35.404	4.443	169.387
Amortização acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2016	(34)	-	-	-	-	(34)
Despesas de amortização do exercício	(65)	-	-	-	-	(65)
Em 31 de dezembro de 2017 (combinado carve-out)	(99)	-	-	-	-	(99)
Despesas de amortização no exercício	(167)	-	-	(5.170)	-	(5.337)
Em 31 de dezembro de 2018 (combinado carve-out)	(266)	-	-	(5.170)	-	(5.436)
Despesas de amortização no exercício	(199)	-	-	(5.640)	-	(5.839)
Baixas	58	-	-	-	-	58
Em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	(407)	-	-	(10.810)	-	(11.217)
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (combinado carve-out)	246	41.614	86.877	35.404	4.366	168.507
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (combinado carve-out)	1.972	41.614	86.877	30.234	4.440	165.137
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	642	41.614	86.877	24.594	4.443	158.170
Taxas médias de amortização (%) – período:						
2017- (combinado carve-out)	11,40%	-	-	20,00%	-	
2018- (combinado carve-out)	11,40%	-	-	20,00%	-	
2019 - (consolidado)	11,40%	-	-	20,00%	-	

- (i) Fundo de comércio refere-se aos direitos de concessão e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe, no valor total de R\$ 30.814, e aos direitos de concessão de uso de imagem e de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R\$ 10.800. Esses ativos estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto como as unidades geradoras de caixa respectivas, no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;
- (ii) Os ágios constituídos referem-se a aquisição da Transrio no valor de R\$ 3.918 e da aquisição das Sociedades Borgato no valor de R\$ 82.959;
- (iii) O valor de R\$ 28.200 refere-se à combinação de negócio decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e o montante remanescente de R\$ 7.204 refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

15.1 Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio, atribuído ao segmento de concessionária de caminhões, máquinas e equipamentos, e também à aquisição das Sociedades Borgato, atribuído ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Abaixo um resumo da alocação do ágio líquido de *impairment*, por nível de UGC:

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Ágios decorrentes das combinações de negócios por UGC	Saldo	Saldo	Saldo
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	82.959	82.959	82.959
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos – Transrio	3.918	3.918	3.918
Total	86.877	86.877	86.877

15.2 Teste de redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e a contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos – Valtra	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos – Transrio
Taxas de desconto (<i>WACC</i>)	9,17%	10,13%	9,17%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,55%	3,55%	3,55%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos 5 anos)	6,0%	13,7%	8,6%

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;
- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2020 a dezembro de 2024;
- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação e impostos;
- O valor residual após dezembro de 2024 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 3,95% (inflação);
- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período (“*mid period*”), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Vamos realizou o teste anual de *impairment* das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Os valores recuperáveis estimados para as UGCs locação de caminhões, máquinas e equipamentos, Valtra e Transrio foram superiores aos seus valores contábeis em R\$ 639.620, R\$ 3.975 e R\$ 268.507, respectivamente. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil			
Em pontos percentuais (%)	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos – Valtra	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos – Transrio
Taxa de desconto (WACC)	4,19	0,28	3,93

16. Fornecedores

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação	60.292	8.703	12.212
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para estoque	27.538	17.602	40.907
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos locação – partes relacionadas (nota 21.1)	20.618	52.402	38.706
Montadoras de veículos	-	-	1.786
Outros	5.044	4.325	11.215
(-) Ajuste a valor presente	(494)	-	(1.062)
Total	112.998	83.032	103.764
Passivo circulante	112.998	83.032	99.439
Passivo não circulante	-	-	4.325
Total	112.998	83.032	103.764

17. Floor plan

Parte das compras de veículos novos para o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas “*Floor Plan*”, com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 a 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 64.916 (R\$ 53.413 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 38.333 em 31 de dezembro de 2017).

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado. Termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são os seguintes:

Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencido.	31/12/2019 (consolidado)			Movimentação					31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	4,95%	Pré-fixado	jan/25	25.338	65.620	90.958	39.143	(334.586)	(23.197)	21.447	-	77.933	310.218	388.151
Finame (i)	9,27%	TLP + 3,70%	mai/21	-	-	-	-	(135.086)	(7.912)	7.419	-	59.156	76.423	135.579
Finame (i)	9,36%	SELIC + 4,86%	abr/21	-	-	-	13.195	(103.663)	(2.703)	5.946	-	19.749	67.476	87.225
CDC (iii)	8,04%	Pré-fixado	abr/23	8.592	15.076	23.668	193.428	(202.536)	(2.713)	7.023	-	4.847	23.619	28.466
CCB (ii)	5,13%	CDI + 0,73%	ago/25	258.941	163.121	422.062	400.000	(3.054)	(1.471)	7.137	-	2.802	16.648	19.450
CCB (ii)	8,50%	Pré-fixado	jan/23	101	185	286	-	(62)	(22)	25	-	74	271	345
CDCA (vii)	6,47%	CDI + 2,02%	abr/23	37.829	27.940	65.769	25.000	(12.001)	(3.945)	4.467	-	12.248	40.000	52.248
Debêntures (viii)	6,20%	CDI + 1,80%	ago/26	13.180	791.770	804.950	789.942	-	-	15.008	-	-	-	-
CRA I (vi)	5,30%	CDI + 0,90%	fev/24	65.314	209.220	274.534	291.934	(16.667)	(14.070)	13.337	-	-	-	-
CRA II (vi)	7,82%	Pré-fixado	nov/26	197	215.770	215.967	215.770	-	-	197	-	-	-	-
NCE	6,10%	CDI + 0,70%	out/19	-	-	-	162.600	(162.600)	(1.647)	1.647	-	-	-	-
Conta garantida				47	-	47	47	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio (iv)	6,10%	Pré-fixado	jul/25	4.593	5.964	10.557	-	(12.147)	-	-	-	11.474	11.230	22.704
				414.132	1.494.666	1.908.798	2.131.059	(982.402)	(57.680)	83.653	-	188.283	545.885	734.168
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) – USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	814	161.228	162.042	-	-	(8.446)	8.791	5.879	826	154.992	155.818
				414.946	1.655.894	2.070.840	2.131.059	(982.402)	(66.126)	92.444	5.879	189.109	700.877	889.986

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)			Movimentação					31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	6,86%	Pré-fixado	dez/28	77.933	310.218	388.151	209.260	(85.065)	(21.295)	22.746	-	76.764	185.741	262.505
Finame (i)	10,78%	TLP + 4,38%%	mar/23	59.156	76.423	135.579	20.988	(169.870)	(17.484)	18.744	-	82.816	200.385	283.201
Finame (i)	10,84%	SELIC+ 4,34%	dez/28	19.749	67.476	87.225	39.224	(47.442)	(3.152)	7.981	-	26.498	64.116	90.614
CCB (ii)	8,23%	CDI + 1,83%	ago/25	15.050	56.648	71.698	-	(47.457)	(7.718)	8.029	-	28.864	89.980	118.844
CCB (ii)	10,00%	Pré-fixado	jan/23	74	271	345	408	(65)	(34)	36	-	-	-	-
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	4.847	23.619	28.466	28.295	(11.710)	(2.394)	3.102	-	3.026	8.147	11.173
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	11.474	11.230	22.704	3.785	(13.519)	-	-	-	9.075	23.363	32.438
				188.283	545.885	734.168	301.960	(375.128)	(52.077)	60.638	-	227.043	571.732	798.775
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) – USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
				189.109	700.877	889.986	452.760	(375.128)	(56.008)	65.395	4.192	227.043	571.732	798.775
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)			Movimentação					31/12/2016		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos por combinação de negócio	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	5,04%	Pré-fixado	jan/25	76.764	185.741	262.505	67.925	-	(57.884)	(20.288)	19.828	53.254	199.670	252.924
Finame (i)	9,92%	TLP + 2,92%	jul/23	82.816	200.385	283.201	86.529	87.212	(119.936)	(27.207)	23.670	49.045	183.888	232.933
Finame (i)	11,66%	SELIC + 4,66%	jul/22	26.498	64.116	90.614	-	25.526	(23.463)	(5.564)	3.368	19.107	71.640	90.747
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	jan/25	3.026	8.147	11.173	17.919	9.833	(40.880)	(2.560)	2.951	4.863	19.047	23.910
CCB (ii)	10,58%	Pré-fixado	mai/22	28.864	89.980	118.844	88.138	11.045	(5.848)	(4.822)	4.811	1.562	23.958	25.520
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	9.075	23.363	32.438	32.438	-	-	-	-	-	-	-
				227.043	571.732	798.775	292.949	133.616	(248.011)	(60.441)	54.628	127.831	498.203	626.034

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes características:

- (i) **Finame** são financiamentos para investimentos em caminhões, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Mensalmente são celebrados novos contratos relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de expansão e renovação da frota. Os contratos de Finame possuem carência que variam de seis meses até um ano de acordo com o produto financiado, as amortizações de juros e principal são mensais após o período da carência. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso;
- (ii) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de caminhões, máquinas e equipamentos para as operações. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo mensais, trimestrais ou semestrais para amortização de principal e juros;
- (iii) **Capital de giro (CDC)** refere-se a operações utilizadas para gestão do caixa do Grupo. Os contratos de CDC possuem carência de seis meses, as amortizações de juros e principal são mensais após o período da carência;
- (iv) **Consórcios** referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais estão compostos de vários grupos e cotas com vencimentos mensais para juros e principal variados até dezembro de 2024;
- (v) **Crédito Internacional (4131)** refere-se à operação de empréstimo junto a instituições financeiras no exterior, possui amortização de juros semestrais e amortização de principal em parcela única vincenda em maio de 2021. Essa operação possui cláusulas de compromissos incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados ao percentual de dívida em relação ao lucro antes de resultado financeiro, impostos, depreciações e amortizações, e custo de venda de ativos desmobilizados (EBITDA-A), medido anualmente com base no desempenho da controladora JSL. Essa operação está 100% protegida, através da contratação de Swap, conforme mencionado na nota explicativa 7.3.2;
- (vi) **Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRAs)** refere -se a captação cujo objetivo foi levantar recursos para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos relacionadas a contratos de locação celebrados com clientes do agronegócio. A primeira parcela de principal e juros foi paga em novembro de 2019, com pagamentos subsequentes trimestrais. Esses contratos possuem cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras líquidas em relação ao lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações e custo de venda de ativos desmobilizados (EBITDA-A), medido com base no desempenho do Grupo;
- (vii) **Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs)** celebrados junto às instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro. Essa operação possui cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras líquidas em relação ao lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações e custo de venda de ativos desmobilizados (EBITDA-A), medido anualmente com base no desempenho da controladora JSL S.A.; e
- (viii) **Debêntures** captação feita pelo Grupo com base na Instrução CVM 476/2009 cujo recursos serão utilizados para subsidiar o capital de giro, investimentos e alongamento dos perfis de dívida. Essa operação possui cláusulas de compromissos, incluindo a manutenção de certos índices financeiros atrelados ao percentual de dívida em relação ao lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciações, amortizações (EBITDA), medido trimestralmente com base no desempenho do Grupo. A Companhia contou com a captação de R\$ 789.482 em 20 de setembro de 2019 referente à 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em duas séries, em distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com vencimentos em 20 de

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

agosto de 2024 e 20 de agosto de 2026. As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Entidade emissora	Vamos Locação de caminhões, máquinas e equipamentos S.A.
Descrição	2ª Emissão
a. Identificação do processo por natureza	
<i>Instituição financeira</i>	BTG Pactual
Valor da 1ª Série	86.349
Valor da 2ª Série	197.653
<i>Instituição financeira</i>	BBI (Brasil Invest)
Valor da 1ª Série	64.486
Valor da 2ª Série	73.212
<i>Instituição financeira</i>	Itaú
Valor da 1ª Série	200.000
Valor da 2ª Série	20.000
<i>Instituição financeira</i>	Santander
Valor da 1ª Série	31.665
Valor da 2ª Série	126.635
Valor total	800.000
Valor total recebido em C/C	800.000
Emissão	16/08/2019
Captação	20/09/2019
Vencimento 1ª série	20/08/2024
Vencimento 2ª série	20/08/2026
Espécie	Quirografárias
Identificação ativo na CETIP	VAMO12 e VAMO22
b. Custos da transação incorridos	10.518
c. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %	
1ª Série	CDI+ 1,60%
2ª Série	CDI+ 2,00%
d. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	10.518

18.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	Vencimento das parcelas	Valor Total	31/12/2019 (consolidado) %
Passivo circulante	2020	414.946	20,0%
	2021	422.022	20,4%
	2022	117.519	5,7%
	2023	333.635	16,1%
	2024	433.730	20,9%
	2025	175.339	8,5%
	2026 em diante	173.649	8,4%
Passivo não circulante		1.655.894	80,0%
Total		2.070.840	100,0%

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Arrendamentos a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de *Finame leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo Vamos que possuem encargos anuais pré-fixados, e estão distribuídos da seguinte forma:

			31/12/2019 (consolidado)			Movimentação				31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)			
Modalidade	Encargos	Vencto.	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro <i>Leasing</i>	7,31%	nov/22	10.537	16.246	26.783	-	(20.017)	(1.052)	2.917	15.201	29.735	44.936	
			10.537	16.246	26.783	-	(20.017)	(1.052)	2.917	15.201	29.735	44.936	
			31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)			Movimentação				31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)			
Modalidade	Encargos	Vencto.	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total	
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro <i>Leasing</i>	9,34%	nov/22	15.201	29.735	44.936	31.623	(17.828)	(1.101)	3.038	14.337	14.867	29.204	
			15.201	29.735	44.936	31.623	(17.828)	(1.101)	3.038	14.337	14.867	29.204	
			31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)			Movimentação				31/12/2016			
Modalidade	Encargos	Vencto.	Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos por combinação de negócio	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro <i>Leasing</i>	13,16%	nov/22	14.337	14.867	29.204	9.282	7.990	(9.787)	(600)	2.393	7.469	12.457	19.926
			14.337	14.867	29.204	9.282	7.990	(9.787)	(600)	2.393	7.469	12.457	19.926

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2019 (consolidado)
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Passivo circulante	2020	10.537	39,3%
	2021	16.099	60,1%
	2022	147	0,6%
Passivo não circulante		16.246	60,7%
Total		26.783	100,0%

A administração da Companhia na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos financeiros e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos e os arrendamentos financeiros seria um aumento aproximado de R\$ 1.425.

19.2 Garantias

Conforme demonstrado na nota explicativa 14.1, o Grupo Vamos possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos financeiros e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

20. Arrendamento por direito de uso

O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas concessionárias, cujos os contratos de arrendamentos possuem prazo médio de seis anos. Os contratos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contratos de sub-arrendamento.

O Grupo arrenda em circunstâncias específicas, caminhões máquinas e equipamentos, com prazos de contrato que variam de um a três anos. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. O Grupo optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos.

A companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % aa
12	5,44%
24	6,55%
36	7,20%
60	7,95%
120	8,61%
180	9,04%
240	9,26%

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo.

	<u>31/12/2019</u> <u>(consolidado)</u>
Passivo de arrendamento em 31/12/2018	-
Adição por adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16 (nota 2.3)	56.120
Passivo de arrendamento em 01/01/2019	56.120
Adições	2.674
Baixas (i)	(12.146)
Pagamentos	(9.970)
Juros apropriados	4.271
Passivo de arrendamento em 31/12/2019 (consolidado)	40.949
Circulante	7.029
Não circulante	33.920
Total	40.949

(i) A baixa do direito de uso refere-se à interrupção de contratos de aluguéis de lojas das concessionárias.

As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 14.

20.1 Cronograma de amortização

Os cronogramas de amortização estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

	<u>Vencimento das parcelas</u>	<u>31/12/2019</u> <u>(consolidado)</u>	
		<u>Valor Total</u>	<u>%</u>
Total passivo circulante	2020	7.029	17,2%
	2021	5.666	13,8%
	2022	5.489	13,4%
	2023	4.503	11,0%
	2024	3.477	8,5%
	2025 em diante	14.785	36,1%
Total passivo não circulante		33.920	82,8%
Total		40.949	100,0%

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

<u>Fluxos de Caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado Valor Presente</u>
Contraprestação do Arrendamento	60.361	40.949
Pis /Cofins	5.229	3.473

A administração da Companhia na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre o direito de uso e o passivo de arrendamento seria um aumento aproximado de R\$ 4.846.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Transações com partes relacionadas

21.1 Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

Ativo	Contas a receber (nota 10)			Outros créditos		
	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)
JSL S.A (nota 21.2.1)	2.041	3.154	57	1.347	181	-
CS Brasil	694	15.449	322	-	-	-
Movida Participações	4	3.352	1.005	8	-	-
Movida Locação	734	5	-	6	-	-
Original Veículos	587	3	-	-	35	-
JSL Leasing	979	1.739	-	-	-	-
Ponto Veículos	375	2	2	-	-	8
Família Borgato	-	-	-	-	6.000	6
Total	5.414	23.704	1.386	1.361	6.216	14

Passivo	Partes Relacionadas			Fornecedores (nota 16)		
	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)
JSL S.A (nota 21.2.2)	-	26.067	-	14.610	51.511	35.231
Movida Locação	-	-	-	27	190	179
Movida Participações	-	-	41	454	-	42
CS Brasil	-	-	-	2.198	17	97
Ponto Veículos	-	-	2	-	3	2
Original Veículos	-	-	-	3.318	12	3.155
JSL Leasing	-	-	-	10	102	-
Avante	-	-	-	1	567	-
Família Borgato	-	-	-	-	-	-
Total	-	26.067	43	20.618	52.402	38.706

	Dividendos a pagar (nota 26.3.a)			Obrigações a pagar por aquisição de empresa (nota 22)		
	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)
JSL S.A (nota 21.2.2)	-	61.375	15.700	-	-	-
Movida Locação	-	-	-	-	-	-
Movida Participações	-	-	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos	-	-	-	-	-	-
Original Veículos	-	-	-	-	-	-
JSL Leasing	-	-	-	-	-	-
Avante	-	-	-	-	-	-
Família Borgato	-	-	2.746	8.828	68.044	103.147
Total	-	61.375	18.446	8.828	68.044	103.147

21.2 Transações com a controladora

21.2.1 Ativo

Contas a receber

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo Vamos possuía valor a receber da controladora no montante de R\$ 2.041 (R\$ 3.154 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 57 em 31 de dezembro de 2017) referente prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2.2 Passivo

Fornecedores

- (ii) Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo Vamos possuía valor a pagar à controladora no montante de R\$ 14.610 (R\$ 51.511 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 35.231 em 31 de dezembro de 2017), sendo que parte deste montante refere-se à compra de veículos, máquinas e equipamentos no início das operações do Grupo Vamos, e o remanescente referente à renovação e/ou ampliação da frota.

Partes relacionadas

- (iii) Em 08 de junho de 2018 a Companhia adquiriu da controladora, ações da Movida Participações no valor de R\$ 26.067, que foram entregues aos antigos sócios das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.3.a. Não incide juros sobre esse valor e não há prazo de vencimento definido.

21.3 Outras transações com partes relacionadas

Ativo	Relação	Especificação
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Original Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
JSL Leasing	Partes relacionadas	Venda de veículos
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Venda de aeronave

Passivo	Relação	Especificação
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / Centro de Serviços Administrativos / Compra de veículos
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Original Veículos	Partes relacionadas	Compra de veículos
JSL Leasing	Partes relacionadas	Compra de veículos
Avante	Partes relacionadas	Compra de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição Borgato / Dividendos / Recompra de ações próprias

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições usuais de mercado, com exceção do reembolso de despesas e Centro de Serviços Administrativos ("CSA" – nota explicativa 21.6) que são remuneradas ao preço de custo.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.5 Remuneração dos administradores

A Administração do Grupo Vamos é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica “Despesas administrativas”, e estão resumidas conforme a seguir:

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Remuneração fixa	(3.699)	(2.935)	(1.923)
Remuneração variável	(892)	(427)	(388)
Benefícios	(114)	(28)	(19)
Remuneração baseada em ações (nota 26.2.a)	(456)	(560)	(679)
Total	(5.161)	(3.950)	(3.009)

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

21.6 Centro de serviços administrativos

O Grupo JSL rateia, conforme critérios definidos em estudos técnicos apropriados, os gastos compartilhados da estrutura e *BackOffice* compartilhado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de despesas alocadas da JSL para o Grupo Vamos relativo à estes gastos foi de R\$ 5.617 (R\$ 6.491 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 6.213 em 31 de dezembro de 2017). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

22. Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de obrigações a pagar por aquisição de empresas registradas no passivo não circulante no montante R\$ 8.828 (R\$ 34.769 passivo circulante e R\$ 33.275 passivo não circulante, totalizando R\$ 68.044 em 31 de dezembro de 2018), referem-se à recompra de ações da Vamos que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato conforme nota explicativa 1.3.a. Em 31 de dezembro de 2017 os valores de R\$ 57.314 e R\$ 45.833, registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, totalizando R\$ 103.147, correspondiam a dívida com os antigos sócios das Sociedades Borgato referente à combinação de negócios ocorrida em 22 de dezembro de 2017, e quitada integralmente conforme nota explicativa 1.3 a.

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido****23.1 Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social diferido**

	31/12/2019 <small>(consolidado)</small>	31/12/2018 <small>(combinado <i>carve-out</i>)</small>	31/12/2017 <small>(combinado <i>carve-out</i>)</small>
Créditos fiscais			
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.865	8.953	9.191
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.093	1.133	1.009
Provisão para perdas esperadas (<i>impairment</i>) contas receber	7.934	18.602	24.522
Outras provisões	1.439	621	46
Variação Cambial	2.867	-	-
Provisão para ajuste a valor presente	-	-	363
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	1.283	1.086	293
Passíveis de compensação	<u>(11.262)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total créditos fiscais brutos	7.219	30.395	35.424
Débitos fiscais			
Diferença entre a depreciação econômica e a taxa fiscal	(132.286)	(122.980)	(103.906)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(28.009)	(18.325)	(11.313)
Outras provisões	(919)	-	-
Valor justo do <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(824)	(366)	-
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal do ágio	(589)	(589)	(589)
Passíveis de compensação	<u>11.262</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total débitos fiscais brutos	(151.365)	(142.260)	(115.808)
Total débitos fiscais, líquidos	(144.146)	(111.865)	(80.384)
Tributos diferidos passivos	<u>(151.365)</u>	<u>(136.459)</u>	<u>(104.337)</u>
Tributos diferidos ativos	<u>7.219</u>	<u>24.594</u>	<u>23.953</u>
Total débitos fiscais, líquidos	(144.146)	(111.865)	(80.384)

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(14.309)
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(21.954)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias das Sociedades Borgato	(43.141)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	(980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 <small>(combinado <i>carve-out</i>)</small>	(80.384)
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(32.369)
IR / CS diferidos reconhecidos em resultados abrangentes	(366)
IR / CS diferidos sobre reconhecimento inicial do CPC 48 / IFRS 9	1.387
IR / CS diferidos reconhecido sobre outros saldos	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 <small>(combinado <i>carve-out</i>)</small>	(111.865)
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(16.197)
IR / CS diferidos reconhecidos no patrimônio líquido sobre mudanças no investimento da controladora	(15.829)
IR / CS diferidos reconhecidos em resultados abrangentes - <i>swap</i>	(458)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	203
Saldo em 31 de dezembro de 2019 <small>(consolidado)</small>	(144.146)

23.1.1 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2019 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para as empresas que possuem expectativa de rentabilidade futura. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade:

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Borgato Serviços (i)	1.030	1.655	2.188
Borgato Máquinas (i)	-	1.099	-
Transrio	2.835	6.199	7.003
Total	3.865	8.953	9.191

- (i) Devido a expansão das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em 2013 e 2014 do Grupo Borgato, houve aquisições expressivas de imobilizado. A diferença entre a depreciação para fins fiscais e a depreciação baseada na vida útil dos imobilizados gerou imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 132.286, sendo, R\$ 39.810 na Vamos Máquinas e R\$ 12.343 na Borgato Serviços e R\$ 80.133 Vamos Locação o qual o Grupo espera compensar o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social com o imposto de renda diferido passivo a partir do término da depreciação fiscal acelerada.

O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 3 anos.

Adicionalmente, a Vamos seminovos possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de 2019 no montante R\$ 19.921, (R\$ 18.787 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 18.792 em 31 de dezembro de 2017) cujos créditos diferidos correspondentes não foram contabilizados por não haver histórico de utilização nos últimos anos.

Com base nas informações discutidas nos itens acima, a tabela a seguir apresenta a realização do imposto de renda e base negativa de contribuição social ao longo do tempo:

Valores consolidado	2019		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total
	3.458	407	3.865

23.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	199.165	167.090	135.729
Alíquota nominal	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	(67.716)	(56.811)	(46.148)
Incentivos fiscais – PAT	789	9	58
Imposto de renda diferido s/ prejuízo fiscal não reconhecido	(911)	-	-
Juros sobre capital próprio	11.780	6.800	4.333
Despesas indedutíveis	(539)	(749)	(733)
Outras (adições) exclusões	(786)	(65)	(655)
IRPJ e CSLL apurados	(57.383)	(50.816)	(43.145)
Corrente	(41.186)	(18.447)	(21.191)
Diferido	(16.197)	(32.369)	(21.954)
IRPJ e CSLL no resultado	(57.383)	(50.816)	(43.145)
Alíquota efetiva	28,8%	30,4%	31,8%

As declarações de imposto de renda do Grupo estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, e quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais.

24.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas em juízo.

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Trabalhistas	5.862	4.539	3.089
Tributários	141	109	109
Total	6.003	4.648	3.198

24.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

O Grupo Vamos classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração do Grupo, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração do Grupo Vamos acredita que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2019 <small>(consolidado)</small>	31/12/2018 <small>(combinado carve-out)</small>	31/12/2017 <small>(combinado carve-out)</small>
Trabalhistas	2.182	2.174	2.050
Cíveis	1.033	1.106	833
Total	3.215	3.280	2.883

A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 é apresentada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.272
(+) Adições por combinação de negócios	501
(+) Adições	2.500
(-) Reversões	(1.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 <small>(combinado carve-out)</small>	2.883
(+) Adições	817
(-) Reversões	(420)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 <small>(combinado carve-out)</small>	3.280
(+) Adições	1.175
(-) Reversões	(1.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 <small>(consolidado)</small>	3.215

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas ajuizadas contra o Grupo estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, diferenças de comissões, adicional de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária.

Cíveis

Os processos de natureza cível, referem-se, principalmente a pedidos indenizatórios contra as empresas do Grupo, relacionadas a venda de veículos.

24.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

O Grupo Vamos é parte de demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2019 <small>(consolidado)</small>	31/12/2018 <small>(combinado carve-out)</small>	31/12/2017 <small>(combinado carve-out)</small>
Trabalhistas (i)	918	700	712
Cíveis (ii)	10.247	8.269	7.102
Tributárias (iii)	6.989	2.923	333
Total	18.154	11.892	8.147

- (i) As reclamações trabalhistas ajuizadas contra o Grupo estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, diferenças de comissões, adicional de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária;

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Os processos de natureza cível, referem-se, principalmente a pedidos indenizatórios contra as empresas do Grupo, relacionadas a venda de veículos; e
- (iii) As demandas tributárias referem-se a processos administrativos movidos pelo Grupo em questionamento de autos de infração emitidos em processos de fiscalização, cujos objetos o Grupo não concorda, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos.

25. Cessão de direitos creditórios

Durante o exercício de 2017 o Grupo Vamos efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado. O Grupo Vamos será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R\$ 40.077, o valor recebido pelo Grupo Vamos foi de R\$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são:

	31/12/2019 <i>(consolidado)</i>	31/12/2018 <i>(combinado carve-out)</i>	31/12/2017 <i>(combinado carve-out)</i>
Venda de direitos creditórios	25.412	33.428	40.077
Juros a apropriar	(7.284)	(9.257)	(9.863)
Total	18.128	24.171	30.214
Total circulante	6.043	7.410	6.043
Total não circulante	12.085	16.761	24.171
Total	18.128	24.171	30.214

26. Patrimônio líquido e investimento da controladora

26.1 Capital social

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 08 de abril de 2019 a Vamos Locação deliberou o cancelamento de 21.553.895 ações em tesouraria equivalentes a R\$82.685, e o grupamento de ações ordinárias na proporção de 3 para 1, conforme mencionado na nota explicativa 32. Deste modo, o capital social da Companhia passou a ser composto por 96.817.831 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal totalizando em R\$ 482.817 integralizados (R\$ 482.817 em 31 de dezembro de 2018, divididos em 312.007.389 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e R\$ 504.371 em 31 de dezembro de 2017, divididos em 354.860.332 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal).

	Transrio	Vamos Individual	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.885	121.784	303.669
Aumento de capital via integralização de AFAC (i)	-	7.460	7.460
Aumento de capital com transferência de investimentos (ii)	-	157.811	157.811
Transferência de investimentos da controladora (ii)	(181.885)	-	(181.885)
Rerratificação de ato societário para aumento de capital (iii)	-	15.976	15.976
Aumento de capital com emissão de novas ações (iv)	-	201.340	201.340
Transferência de investimento – cisão JSL Holding (v)	-	(4.507)	(4.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 <i>(combinado carve-out)</i>	-	499.864	499.864
Cisão da JSL Holding (v)	-	(17.047)	(17.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 <i>(combinado carve-out)</i>	-	482.817	482.817

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2019 (consolidado)	-	482.817	482.817
---	---	---------	---------

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve integralização do Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") da JSL na Vamos no valor de R\$ 7.460. O saldo de AFAC foi reconhecido como instrumento patrimonial porque são irrevogáveis e irretroatáveis e, o aumento de capital social, constitui um aumento de ações sem qualquer indexação;
- (ii) Como as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas como se a combinação de negócio sob controle comum (nota explicativa 1.2) tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2017, a reconciliação entre o patrimônio líquido combinado de 1º de janeiro de 2017 até 31 de outubro de 2017 e o patrimônio líquido combinado de 31 de outubro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 está apresentada na linha de transferência de investimentos da controladora, sendo que os montantes envolvidos nesta transação referem-se à saída dos componentes do patrimônio líquido da Transrio, composto de R\$ 181.885 de capital social e R\$ 24.074 de lucros acumulados, totalizando R\$ 157.811 o qual, no momento do investimento recebido, foi registrado como um aporte de capital;
- (iii) Em 31 de outubro de 2017 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante de R\$ 15.976 referente a rratificações de ato societários;
- (iv) Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no valor de R\$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias. Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social, em decorrência da incorporação de ações das Sociedades Borgato, no valor de R\$ 88.139, mediante a emissão de 31.937 mil ações ordinárias;
- (v) Em 31 de dezembro de 2018 os acionistas aprovaram a cisão parcial da JSL Holding, com a redução do capital de R\$ 82.879 referente ao acervo líquido do investimento da Vamos na JSL Holding. Conforme nota explicativa 1.2, para propósito de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*, em 31 de dezembro de 2017 foi eliminado o valor de R\$ 65.833 referente ao investimento da Vamos na JSL Holding e R\$ 4.507 referente ao resultado do exercício de 2017 da JSL Holding. Em 31 de dezembro de 2018, houve a eliminação do saldo remanescente de R\$ 17.047, assim como o valor de R\$ 7.045 referente ao resultado do exercício da JSL Holding.

26.2 Reserva de capital

a) Pagamento baseado em ações

A Controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo Vamos que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo Vamos de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – transações de ações do grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da JSL S.A. e são compostos da seguinte forma:

i. Planos de opções de ações:

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços ao Grupo JSL para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis no Grupo JSL durante o período de aquisição de direito.

Esses planos são calculados com base na média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento ao Grupo JSL do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo “*Black & Scholes*” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de opções de ações			Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas		
Posição em 31 de dezembro de 2018	328.158	-	-	328.158	8,63
Transferências aos beneficiários	(48.983)	-	-	(48.983)	8,63
Outorgas concedidas 2019	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2019	279.175	-	-	279.175	8,63

Em 01 de abril de 2019 foram transferidas aos beneficiários as ações correspondentes ao cumprimento do período de aquisição de direito (*vesting period*) da primeira tranche relativa ao plano VI.

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da controladora JSL S.A. (ações restritas) a colaboradores do Grupo Vamos de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da JSL S.A., e caso o colaborador opte por receber ações, a JSL S.A. entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador,

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a JSL S.A. e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL S.A. e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à JSL S.A. e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	6.933	1	0,00	6,26	36,7%	6,38%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
I	2018	6.933	2	0,00	6,13	36,7%	7,25%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020
I	2018	6.933	3	0,00	5,99	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
I	2018	6.933	4	0,00	5,86	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022
II	2019	20.002	1	0,00	9,30	41,2%	5,25%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2020	01/04/2020
II	2019	20.002	2	0,00	9,31	41,2%	5,04%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2021	01/04/2021
II	2019	20.002	3	0,00	9,29	41,2%	5,42%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2022	01/04/2022
II	2019	20.002	4	0,00	9,27	41,2%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2023	01/04/2023

Em 09 de maio de 2019 foram transferidas aos beneficiários as ações correspondentes ao cumprimento do período de aquisição de direito (*vesting period*) da primeira tranche relativa ao plano I.

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o período:

	Quantidade de ações restritas			Ações restritas em circulação
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
Posição em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-
Outorgas concedidas 2018	27.732	-	-	27.732
Posição em 31 de dezembro de 2018	27.732	-	-	27.732
Transferências aos beneficiários	(6.933)	-	-	(6.933)
Outorgas concedidas 2019	80.008	-	-	80.008
Posição em 31 de dezembro de 2019	100.807	-	-	100.807

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a “pagamento baseado em ações” no patrimônio líquido é de R\$ 1.881 (R\$ 1.425 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 865 em 31 de dezembro de 2017) e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecido R\$ 456 (R\$ 560 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 679 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica de “Despesas administrativas”.

b) Ágio na subscrição de ações

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da reserva de capital era de R\$ 22.774, proveniente de diferença entre o valor patrimonial de R\$ 88.139 e o valor de R\$ 110.913 aportado de ações pela aquisição das Sociedades Borgato. Essa reserva foi totalmente utilizada com o cancelamento e grupamento de ações em tesouraria, conforme mencionado em nota explicativa 26.1.

26.3 Reserva de lucros**a) Distribuição de dividendos**

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

- (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e
- (ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O Estatuto Social da Vamos permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório anual.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (combinado <i>carve-out</i>)	10.831	7.615	18.446
Juros sobre capital próprio declarados (i)	20.000	-	20.000
Dividendos pagos	-	(1.193)	(1.193)
Distribuição de lucros (i)	-	27.122	27.122
Imposto de renda retido na fonte	(3.000)	-	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (nota 21.1) (combinado <i>carve-out</i>)	27.831	33.544	61.375
Juros sobre capital próprio declarados	34.646	-	34.646
Distribuição de lucros (i)	-	150.000	150.000
Distribuição de dividendos intercalares	-	49.211	49.211
Juros sobre capital próprio pagos	(57.280)	-	(57.280)
Dividendos pagos	-	(232.755)	(232.755)
Imposto de renda retido na fonte	(5.197)	-	(5.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (nota 21.1) (consolidado)	-	-	-

- (i) Conforme a AGE realizada em 25 de fevereiro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 197.122, referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e lucros acumulados de exercícios anteriores. Essa distribuição está composta pelos dividendos obrigatórios e JCP declarados em 2018 no montante de R\$27.122 e R\$20.000 respectivamente, mais dividendos adicionais de R\$150.000 registrados em 2019 e que foram pagos em 27 de dezembro de 2019.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

26.4 Ações em tesouraria

Em 08 de abril de 2019 a Companhia deliberou o cancelamento de 21.553.895 ações em tesouraria representadas por R\$82.685, conforme mencionado em nota explicativa 26.1. Para este cancelamento, foram utilizadas as rubricas Ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 22.774, Retenção de lucros no montante de R\$ 8.269 e Lucros acumulados, no montante de R\$ 51.642.

Com isso, o total de ações da própria Companhia recompradas dos antigos proprietários das Sociedades Borgato em 08 de junho de 2018, junto com sua controladora, passou a ser R\$11.508 representado por 3.000.000 ações. Conforme nota explicativa 26.1, houve grupamento de ações de 3:1, totalizando 1.000.000 de ações em tesouraria.

26.5 Reserva de Investimentos

A reserva de investimentos tem por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, para a qual poderá ser destinado, até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia.

27. Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

A apólice é corporativa tendo sua cobertura em nome da JSL S.A., entretanto, existe um processo interno de rateio dos prêmios pagos entre o Grupo e a JSL S.A.

Serviços segurados	Vigência	JSL S.A. Cobertura
Incêndio, queda de raio e explosão	12/2019 a 12/2020	16.103
Danos elétricos	12/2019 a 12/2020	350
Quebra de vidros	12/2019 a 12/2020	200
Anúncios luminosos / letreiros	12/2019 a 12/2020	200
Roubo ou furto qualificado	12/2019 a 12/2020	300
Alagamento / inundação	12/2019 a 12/2020	500
Equipamentos estacionários	12/2019 a 12/2020	20
Fidelidade de empregados	12/2019 a 12/2020	100
Despesa com recomposição de registros e documentos	12/2019 a 12/2020	8
Tumultos, greves / lock-out e atos dolosos	12/2019 a 12/2020	100
RD vendas concessionárias	12/2019 a 12/2020	400
Responsabilidade civil de operações de concessionárias	12/2019 a 12/2020	400
Responsabilidade civil – danos morais operações de concessionárias	12/2019 a 12/2020	500
Vendaval até fumaça	12/2019 a 12/2020	500
Equipamentos em exposição e / ou demonstração sem transporte	12/2019 a 12/2020	400
Total de cobertura		20.081

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***b) Frota**

O Grupo contrata seguro para frota conforme exigências contratuais, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços

O efeito da adoção do CPC 47 / IFRS 15 sobre a receita de contrato com clientes do Grupo está descrito na nota explicativa 4.1. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47 / IFRS 15, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

a) Fluxos de receitas líquidas

O Grupo Vamos gera receita principalmente pela venda de veículos novos, seminovos, peças, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados.

	31/12/2019 <small>(consolidado)</small>	31/12/2018 <small>(combinado carve-out)</small>	31/12/2017 <small>(combinado carve-out)</small>
Receita de locação e prestação de serviços	613.289	524.393	432.927
Receita de venda de veículos e acessórios	386.135	359.039	176.757
Receita de venda de ativos desmobilizados	<u>212.084</u>	<u>99.858</u>	<u>65.072</u>
Total da receita líquida	1.211.508	983.290	674.756

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	31/12/2019 <small>(consolidado)</small>	31/12/2018 <small>(combinado carve-out)</small>	31/12/2017 <small>(combinado carve-out)</small>
Receita bruta	1.321.741	1.100.543	762.050
(-) Impostos sobre vendas	(89.104)	(90.251)	(66.491)
(-) Devoluções e abatimentos	(15.560)	(26.560)	(20.056)
(-) Descontos concedidos	<u>(5.569)</u>	<u>(442)</u>	<u>(747)</u>
Total da receita líquida	<u>1.211.508</u>	<u>983.290</u>	<u>674.756</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquotas de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquotas de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquotas de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquotas de 3% ou 7,65%).

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***b) Desagregação das receitas de contratos com clientes**

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita, incluindo a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis do Grupo.

Principais produtos e serviços	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos			Locação de caminhões, máquinas e equipamentos			Total		
	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)
Receita de locação	-	-	-	565.490	494.028	378.575	565.490	494.028	378.575
Receita de prestação de serviços	47.799	30.365	18.487	-	-	-	47.799	30.365	18.487
Receita de venda de ativos desmobilizados	857	1.923	102	211.227	97.935	64.970	212.084	99.858	65.072
Receita com venda de peças e acessórios	111.170	99.677	70.376	-	-	-	111.170	99.677	70.376
Receita de venda de veículos novos	229.126	238.981	132.607	-	-	-	229.126	238.981	132.607
Receita de venda de veículos usados	45.839	20.381	9.639	-	-	-	45.839	20.381	9.639
Total da receita líquida	434.791	391.327	231.211	776.717	591.963	443.545	1.211.508	983.290	674.756
Tempo de reconhecimento de receita									
Produtos transferidos em momento específico no tempo	386.992	360.962	212.724	211.225	97.935	64.970	598.217	458.897	277.694
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	47.799	30.365	18.487	565.492	494.028	378.575	613.291	524.393	397.062
Total da receita líquida	434.791	391.327	231.211	776.717	591.963	443.545	1.211.508	983.290	674.756

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo Vamos são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2019 (consolidado) (ii)	31/12/2018 (combinado <i>carve-out</i>) (i)	31/12/2017 (combinado <i>carve-out</i>)
Custo de vendas de veículos novos	(194.883)	(190.248)	(114.651)
Custo de vendas de veículos usados	(38.957)	(17.248)	(6.241)
Custo e despesas com frota	(16.793)	(13.219)	(22.864)
Custo de vendas de ativos desmobilizados (nota 14)	(204.633)	(97.774)	(67.903)
Custo de venda de peças	(80.295)	(75.874)	(48.380)
Pessoal	(100.275)	(82.787)	(52.199)
Depreciação e amortização (notas 14 e 15)	(234.971)	(218.462)	(124.043)
Depreciação repassada de operação intercompany	(1.033)	-	-
Peças, pneus e manutenções	(22.796)	(24.274)	(19.429)
Combustíveis e lubrificantes	(2.820)	(2.949)	(1.618)
(Provisão) reversão de provisão para perdas nos estoques (nota 11)	(576)	(2.338)	86
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24.2)	65	(397)	(1.110)
Propaganda e publicidade	(2.484)	(578)	(396)
Serviços prestados por terceiros	(25.062)	(17.174)	(9.875)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber (nota 10)	(6.024)	(9.133)	(25.470)
Indenizações judiciais	-	-	(27)
Energia elétrica	(1.954)	(1.279)	(780)
Comunicação	(399)	(1.618)	(610)
Viagens, refeições e estadias	(3.895)	(4.962)	(1.053)
Aluguéis de imóveis, caminhões, máquinas e equipamentos (nota 4.4.d)	(11.923)	(25.340)	(35.233)
Resultado na venda de veículos avariados (ii)	1.176	327	436
Despesas tributárias	(1.128)	(1.174)	(762)
Recuperação de PIS e COFINS (iii)	33.059	30.135	23.146
Créditos de impostos extemporâneos (iv)	4.771	5.406	2.489
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(7.025)	1.383	12.681
	(918.855)	(749.577)	(493.806)
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(593.774)	(552.881)	(327.114)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(204.633)	(97.774)	(67.903)
Despesas comerciais	(52.807)	(22.533)	(15.951)
Despesas administrativas	(80.416)	(85.805)	(65.141)
Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(6.024)	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais	21.341	23.204	11.148
Outras despesas operacionais	(2.542)	(4.655)	(3.375)
	(918.855)	(749.577)	(493.806)

- (i) Os valores de 31 de dezembro de 2019 e 2018 refletem os impactos com adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que os gastos por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentados. Na nota explicativa 4.1 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15;
- (ii) Os valores de 31 de dezembro de 2019 refletem os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, sendo que as demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não estão sendo reapresentados. Na nota explicativa 4.4 d estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16.
- (iii) Referem-se ao resultado do valor recuperado por venda de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do seu respectivo custo;
- (iv) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas; e
- (v) É composto por verbas de INSS relacionadas a temas já pacificados no âmbito administrativo e judicial.

Grupo VAMOS

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. Resultado financeiro

	31/12/2019 (consolidado)	31/12/2018 (combinado carve-out)	31/12/2017 (combinado carve-out)
Despesas financeiras			
Despesas do serviço da dívida			
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18)	(92.444)	(65.395)	(54.628)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros (nota 19)	(2.917)	(3.038)	(2.393)
Juros de risco sacado a pagar - montadoras	-	(1.744)	(127)
Juros sobre direitos creditórios	(1.973)	(606)	-
Juros sobre aquisição de empresas	(798)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos	(5.879)	(4.192)	-
Encargos s/ direito de uso arrendamento imóveis - IFRS 16	(4.271)	-	-
Resultado na operação dos <i>swaps</i> , líquido	2.368	3.805	-
Despesa total do serviço da dívida	(105.914)	(71.170)	(57.148)
Juros passivos	(298)	(1.439)	-
Outras despesas financeiras	(3.946)	(11.885)	(105)
Despesa financeira total	(110.158)	(84.494)	(57.253)
Receitas financeiras			
Aplicações financeiras	11.292	9.309	8.081
Receita de variação monetária	-	181	678
Outras receitas financeiras	-	296	228
AVP - Receita financeira	-	1.578	-
Juros recebidos	5.378	6.507	3.045
Receita financeira total	16.670	17.871	12.032
Resultado financeiro líquido	(93.488)	(66.623)	(45.221)

31. Arrendamento operacional

31.1 Grupo Vamos como arrendador

O Grupo Vamos possui contratos de locação de veículos, máquinas e equipamentos que são classificados como arrendamento operacional com prazos de vencimento até 2030. Esses contratos normalmente têm prazo de vigência que variam de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação, ao término da vigência. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 4 anos	De 5 a 6 anos	Acima de 7 anos	Total
616.828	968.405	455.202	95.234	25.015	2.160.684

32. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2019 (consolidado)
Numerador:	
Lucro líquido do exercício	141.782
Denominador:	
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	95.817.831
Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	1,47970

Grupo VAMOS**Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas *carve-out*****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017***Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***Média ponderada das ações ordinárias**

	31/12/2019
	(consolidado)
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	95.817.831
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (i)	95.817.831

A Vamos não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

- (i) Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 08 de abril de 2019 a Companhia deliberou o grupamento de ações ordinárias na proporção de 3 para 1.

33. Informações suplementares do fluxo de caixa

O Grupo fez aquisições de veículos para expansão de sua frota e parte destes veículos não afetaram o caixa por estarem financiados, ou por advirem de incorporação. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
	(consolidado)	(combinado carve-out)	(combinado carve-out)
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxos de caixa:			
Total de adições do imobilizado	873.644	482.170	249.323
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para expansão e renovação de frota	(52.338)	(301.095)	(120.728)
Variação do saldo de risco sacado a pagar – montadoras	-	4.604	(3.027)
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	(19.805)	8.401	(19.418)
	801.501	194.080	106.150
Demonstrações dos fluxos de caixa			
Imobilizado operacional para locação	794.643	190.991	102.684
Imobilizado para investimento	6.858	3.089	3.466
	801.501	194.080	106.150
Outras transações que não afetaram caixa:			
Recompra de ações (Ações em tesouraria nota explicativa 1.3.c)	(4.225)	(94.193)	-
	(4.225)	(94.193)	-

Conforme nota explicativa 1.3.a, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, com os seguintes impactos no fluxo de caixa:

	31/12/2017
	(combinado carve-out)
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116
(-) Reserva de contingências	(20.000)
(-) Valor a pagar em parcelas	(83.147)
(-) Valor pago com ações da controladora	(110.913)
Caixa desembolsado pela controladora	10.056
Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento	34.953
Caixa efetivo assumido na operação	24.897

* * * * *



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out"

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Grupo Vamos

Mogi das Cruzes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out", identificadas como consolidado e combinado "carve-out", relativas ao segmento de "locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados", que incluem as empresas Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., Vamos Seminovos S.A., Vamos Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Vamos Comércio de Máquinas Linha Amarela Ltda. ("Grupo Vamos"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e combinada "carve-out" do Grupo Vamos em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado e combinado "carve-out" de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados e combinados "carve-out" para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out". Somos independentes em relação ao Grupo Vamos de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1.2 e 2.3 às demonstrações financeiras que descrevem a base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out". As demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" do segmento de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados do Grupo Vamos podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo Vamos tivesse operado como uma única entidade independente. As referidas demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos e caixa relativos ao segmento de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados do Grupo Vamos e podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura e fundos de comércio

Veja as notas explicativas 2.10 e 15 das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out"

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Grupo Vamos possui ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio ("ativos"), cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros. Para a avaliação anual da recuperabilidade desses ativos são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, incluindo, o volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de desconto. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out". Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contêm ágios por expectativa de rentabilidade futura e fundos de comércio, em especial os relacionados com a análise efetuada pelo Grupo Vamos sobre estudos realizados por especialista contratado por ela;– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação e consistência das premissas utilizadas para determinar os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa, principalmente àquelas relacionadas à determinação da taxa de desconto e projeções de crescimento;– Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas usadas pelo Grupo Vamos com dados obtidos externamente, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como a avaliação da

	<p>análise de sensibilidade sobre as premissas significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas; e</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “<i>carve-out</i>” consideram as informações relevantes. <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura e fundos de comércio, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “<i>carve-out</i>” tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
--	---

Reconhecimento da receita de prestação de serviços, venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços e venda de veículos, peças e acessórios

Veja as notas explicativas 2.14 e 28.b das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*”

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Grupo Vamos possui receita líquida, decorrente da prestação de serviços e venda de veículos novos e seminovos, peças e acessórios. Adicionalmente, no curso normal de renovação de suas frotas, o Grupo Vamos efetua a venda de veículos, máquinas e equipamentos utilizados na prestação de serviços (“ativos de locação”).</p> <p>Pelo fato de o Grupo Vamos possuir vários tipos de receitas, o processo de reconhecimento das mesmas requer um controle minucioso e envolve julgamento significativo na avaliação dos critérios usados pelo Grupo Vamos para determinar o momento da transferência de controle dos serviços prestados e/ou ativos vendidos para a contraparte. Por esses motivos, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento de receita de prestação de serviços, venda de ativos de locação e venda de veículos, peças e acessórios, em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que o Grupo Vamos transfere o controle dos serviços prestados e/ou ativos vendidos para a contraparte; – Em base amostral, testamos os critérios usados pelo Grupo Vamos para a determinação do momento adequado em que ocorre a transferência de controle e realizamos testes documentais, bem como avaliamos a contabilização da receita pelo regime de competência para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019; – Avaliamos os cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2020, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e – Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “<i>carve-out</i>” consideram as informações relevantes.

	<p>As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à receita de prestação de serviços, venda dos ativos de locação e venda de veículos, peças e acessórios alteraram nossa avaliação quanto à natureza de nosso trabalho e conseqüentemente ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.</p> <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes relacionados ao não reconhecimento de receitas de venda de ativos de locação e de prestação de serviços, cujas transferência de controle e prestação de serviços já haviam sido realizadas, os quais não foram registrados pelo Grupo Vamos por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que o reconhecimento da receita de prestação de serviços, venda de ativos de locação e venda de veículos, peças e acessórios, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “<i>carve-out</i>” tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>
--	---

Vida útil econômica, estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados a locação

Veja as notas explicativas 2.9 e 14 das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*”

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Grupo Vamos possui veículos, máquinas e equipamentos compondo o seu ativo imobilizado (“ativos”), para os quais, anualmente são revisadas as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica. Adicionalmente, o Grupo Vamos utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda desses ativos.</p> <p>A alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante o valor dos encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave para a determinação das estimativas relacionadas à vida útil econômica e ao valor residual dos ativos; – Avaliação, com base em dados internos do Grupo Vamos, incluindo estratégia e plano de negócios, das premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos e seu valor residual atribuído; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando a vida útil e o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “<i>carve-out</i>” consideram as informações relevantes.

	Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que os montantes reconhecidos de depreciação dos veículos, máquinas e equipamentos, a determinação dos valores residuais, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “ <i>carve-out</i> ” tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
--	---

Operações de arrendamento por direito de uso: mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento

Veja as notas explicativas 2.11, 4.3 e 20 das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*”

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Grupo Vamos possui contratos de arrendamentos que foram caracterizados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Esse pronunciamento introduziu aspectos contábeis complexos para o reconhecimento e a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.</p> <p>A determinação das premissas usadas na mensuração do direito de uso de um ativo e do passivo de arrendamento envolve julgamento relevante, especialmente com relação às taxas de desconto para cálculo do passivo de arrendamento, ao prazo de arrendamento considerado em cada contrato e à determinação se o contrato contém ou não um arrendamento.</p> <p>Devido ao julgamento inerente ao processo de reconhecimento e mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato de variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras consolidadas <i>carve-out</i>, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Avaliação do desenho e dos controles internos chave relacionados a mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pelo Grupo Vamos com dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as taxas de desconto, bem como os impactos de possíveis mudanças nas referidas taxas; – Avaliação, em base amostral, dos contratos que, potencialmente, poderiam conter arrendamentos e da determinação do prazo de arrendamento, incluindo análise das cláusulas de renovação em função dos fatos e circunstâncias relevantes que pudessem criar incentivos econômicos para o seu exercício; – Avaliação, com base em uma amostra de contratos, dos valores considerados na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, incluindo a análise dos dados utilizados na mensuração e, recálculo dos valores reconhecidos; e – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “<i>carve-out</i>” consideram as informações relevantes. <p>No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes relacionados à mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, os quais não foram registrados pelo Grupo Vamos por terem sido considerados imateriais.</p>

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que os valores reconhecidos como ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidadas e combinadas "carve-out" do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Grupo Vamos, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" do Grupo Vamos. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações consolidadas e combinadas "carve-out" do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out"

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out", a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Vamos em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas "carve-out", a não ser que a Administração pretenda liquidar as Empresas do Grupo Vamos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo Vamos são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Vamos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Vamos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Vamos a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e combinadas “*carve-out*”. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

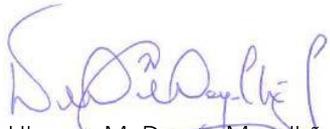
Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8